

EDITAL DE LICITAÇÃO

Registro de Preço para contratação de empresa para a realização de fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA.

DATA DA REALIZAÇÃO: 14 de julho de 2025

HORAS: 10h:00min (dez horas)

SÍTIO: www.e-pauloramos.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Fechado e Aberto

CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE: Licitação com itens para Ampla Concorrência, Reservados e Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

LEGISLAÇÃO

Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006

INFORMAÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paulo Ramos, no horário das 08 (oito) às 13 (treze) horas na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Ramos, localizada na Rua Sete de Setembro, n.º 45, CEP 65.716-000, Centro, Paulo Ramos/MA

TERMO DE ABERTURA DO EDITAL

Este volume do edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP**, possui **139 (cento e trinta e nove) páginas**, incluindo esta, numericamente ordenadas e assinadas por minha pessoa.

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	3
1. DO OBJETO.....	5
2. DO CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO	5
3. REFERÊNCIA DE TEMPO.....	6
4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS	6
5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	7
6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	9
7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES.....	10
8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	10
9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	11
10.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA	11
11 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	12
12.DO JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	14
13.DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	17
14.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	19
15.DAS AMOSTRAS.....	20
16.DO CATÁLOGO E/OU DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE	20
17.DA HABILITAÇÃO	20
18.DOS RECURSOS	30
19.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	32
20.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.....	32
21.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	34
22.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	34
23.DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES.....	37
24.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	37
25.DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.....	42
26.DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	43
27.DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO	44
28 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	44
29 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS.....	44
30 DAS OBRIGAÇÕES	45
31 DO PAGAMENTO	45
32 DISPOSIÇÕES FINAIS	45
33 DO FORO.....	46
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP).....	47
TERMO DE REFERÊNCIA	68
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	99
MINUTA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS.....	117
MINUTA DE DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS.....	130
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS	131
MINUTA DE DECLARAÇÃO CONSOLIDADA.....	132
TERMO DE ENCERRAMENTO DO EDITAL	134

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO

O **Município de Paulo Ramos**, através da Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, por meio do Pregoeiro Municipal e sua Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria n.º 01/2025-GAB**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, no modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, tendo como finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS**, sob o n.º **011/2025-SRP**, do tipo **MENOR PREÇO** para o **Registro de Preço para contratação de empresa para a realização de fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA**, conforme especificações e quantitativos deste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS**, sob a égide da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. **FRANCIRLEY PEREIRA SILVA**, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**E-PAULORAMOS**", constante da página eletrônica do **E-PAULORAMOS**, no endereço **www.e-pauloramos.com.br**.

A sessão pública de realização do Pregão terá início dia **14 de julho de 2025 às 10h:00min (dez horas)**, no sítio **www.e-pauloramos.com.br**. Outras informações:

Registro de Preços	Forma de Adjudicação	Vistoria	Instrumento Contratual
SIM	POR ITEM	NÃO	TERMO DE CONTRATO
PRAZO PARA INÍCIO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA		01 de julho de 2025	
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA		14 de julho de 2025 às 07h:00min	
ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS OBS. Nesta fase será informado via chat o horário do início da fase de lances		14 de julho de 2025 às 10h:00min (dez horas)	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS		De 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas	

IMPUGNAÇÕES	Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública
REFERÊNCIA DE TEMPO	Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame
CONSULTAS E EDITAL	www.e-pauloramos.com.br
SECRETARIAS PARTICIPANTES	Secretaria Municipal de Assistência Social
OBSERVAÇÕES GERAIS	A disputa dar-se-á pelo MODO FECHADO E ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01 (um centavo) .
INFORMATIVO	
Havendo divergência entre as especificações do item no sistema eletrônico e o descritivo do Termo de Referência, prevalecerá a especificação contida do Termo de Referência;	
Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerá as deste Edital;	
Para maiores informações sobre a plataforma eletrônica para a realização do pregão ou sobre o cadastramento da licitante, os interessados deverão entrar em contato diretamente com a central de serviços do sistema;	
Não cabe ao Agente de Contratação e à Equipe de Apoio prestar às licitantes quaisquer informações ou orientações sobre o cadastramento junto ao sistema e/ou às funcionalidades do sistema, uma vez que os canais indicados acima são os meios recomendados para estes fins e, ainda, pelo fato de que o Agente de Contratação e Equipe de Apoio não dispõem de acesso às ferramentas do sistema destinadas ao fornecedor;	

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos Publicados.

O cadastro da proposta leva o participante a aceitar e acatar as normas contidas no presente Edital e Anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONSOLIDADA.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para contratação de empresa para a realização de fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA, que tem a escolha da proposta mais vantajosa para Administração, devidamente relacionado e especificado com Termo de Referência (**ANEXO I**), que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **E-PAULORAMOS** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.2. As quantidades indicadas no Termo de Referência (**ANEXO I**) é apenas estimativa e será solicitada de acordo com a necessidade do Órgão Solicitante;

1.2.1. Todas as *Especificações e Quantidades* estão elencadas no Termo de Referência do presente Edital e seus Anexos.

1.3. O valor orçado da despesa é de **R\$ 1.571.375,00 (um milhão quinhentos e setenta e um mil e trezentos e setenta e cinco reais);**

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

1.5. Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.6. Deverão os objetos ofertados pelo licitante atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, sempre que pertinente, atentando o fornecedor principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, inciso VIII, da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2. DO CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. O presente Edital de Licitação contendo o objeto, condições de participação, local e horário da Licitação se encontra disponível para consulta gratuitamente no sítio **www.e-**

pauloramos.com.br ou www.gov.br/pncp ou www.pauloramos.ma.gov.br, informações adicionais podem ser obtidas junto ao **Setor de Licitações e Contratos – SLC**, situada na **Prefeitura Municipal de Paulo Ramos**, com sede na **Rua Sete de Setembro, n.º 45, CEP 65.716-000, Centro, Paulo Ramos/MA**, de 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira) no horário de 08 (oito) às 12 (doze) horas;

2.2. A abertura relativa à Proposta e à Habilitação, será efetuada da seguinte forma:

2.2.1. O Pregão Eletrônico Municipal será realizado em sessão pública, através do site www.e-pauloramos.com.br, no dia **14 de julho de 2025 às 10h:00min (dez horas)**, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases;

2.2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site www.e-pauloramos.com.br;

2.2.3. A fase competitiva terá início previsto para o dia **14 de julho de 2025 às 10h:00min (dez horas)**;

2.2.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independentemente de nova comunicação, salvo por motivo de força maior;

2.2.5. O licitante que pretender obter esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão e seus anexos, deverá solicitá-los por escrito ou enviando, conforme **item 20** do Edital;

2.2.5.1. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório poderá ser designada nova data para realização do certame;

2.2.5.2. Não será conhecida impugnação interposta fora do prazo legal ou sem documentos que comprovem a devida representatividade legal do impugnante, seja como cidadão ou licitante.

3. REFERÊNCIA DE TEMPO

3.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a

Administração, o licitante que não o fizer antes do 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital e seus Anexos;
- 5.2.** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site do **E-PAULORAMOS**, até o limite de horário previsto no edital;
- 5.3.** Para os itens da contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, a participação é destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 5.4.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007 e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.
- 5.5.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 5.5.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 5.5.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
 - 5.5.3.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
 - 5.5.4.** Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 5.5.5.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra e serviços de bens a ele relacionados;
 - 5.5.6.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra e serviços de bens a ela necessários;
 - 5.5.7.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 5.5.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.5.9.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.5.10.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.5.11.** Observações:
- 5.5.11.1.** O impedimento de que trata o **item 5.5.7** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 5.5.11.2.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 5.5.5. e 5.5.6.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 5.5.11.3.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 5.5.11.4.** O disposto no **item 5.5.9** não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como em cargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 5.5.11.5.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

5.6. Caso disponibilizado no sistema, como condição para participação no Pregão, o sistema já disponibiliza concordâncias relativo às seguintes declarações:

5.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua execução em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.6.5. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

5.6.5.1. Assinalar no campo “não” ensejará o impedimento na participação nos itens exclusivos para ME’s e EPP’s;

5.6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME’s e EPP’s, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.7. As declarações acima não removem a obrigação das declarações solicitadas neste Instrumento Convocatório.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Para Julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o prazo para

serviço, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

- 7.1.** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **E-PAULORAMOS** que permite a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**;
- 7.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras, no endereço eletrônico **www.e-pauloramos.com.br**;
- 7.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação;
- 7.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 7.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **E-PAULORAMOS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 7.6.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os licitantes deverão apresentar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, preenchendo os campos obrigatórios do sistema informando a **descrição completa** do serviço(s) ofertado(s), até a data e o horário estabelecidos para recebimento de proposta.
 - 8.1.1.** O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na proposta, sob pena de desclassificação.
- 8.2.** Os licitantes deverão encaminhar os documentos de habilitação exigidos neste edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento de proposta, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;
- 8.3.** O preenchimento da proposta, e o envio dos documentos de habilitação exigidos neste

Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

- 8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006;
- 8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 8.6. Até o prazo estabelecido para recebimento da proposta, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 8.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 9.1. Para Julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o prazo para serviço, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

- 10.1. O licitante lançará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 10.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;
 - 10.1.2. Marca/Modelo (quando for o caso);
 - 10.1.3. Fabricante (quando for o caso);
 - 10.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante;

- 10.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no serviço do objeto;
- 10.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 10.4.1.** As propostas encaminhadas terão prazo de validade não será inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.
- 10.5.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 10.6.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital;
- 11.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme artigo 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 11.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 11.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.3.** A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, podendo a mesma ser desclassificada na fase de aceitação fundamentada e registrada no sistema;
- 11.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;
- 11.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

- 11.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 11.7.** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO**;
- 11.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 11.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 0,01 (um centavo)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;
- 11.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, onde, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até **10% (dez por cento)** superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações;
- 11.10.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 11.10**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;
- 11.10.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 11.10.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 11.10.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
- 11.10.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

11.10.6. Após o reinício previsto no subitem acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

11.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

11.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

11.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

11.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no **www.e-pauloramos.com.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

11.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

11.17. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento;

11.18. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

12. DO JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006;

12.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

- 12.1.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 12.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 12.1.4.** Não se aplicará o desempate de que tratam os artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 12.1.5.** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a)** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c)** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d)** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.
- 12.1.6.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados. Será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por, nos termos do artigo 60, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021:
- a)** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b)** Empresas brasileiras;

- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

12.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

12.2.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

12.2.3. Será desclassificada a proposta que após negociação:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.2.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado;

12.2.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.3. No que trata a realização de sorteio do **item 12.1.6**, leva-se em consideração art. 22, §1º do Decreto-Lei n.º 4.657, de 1942 (LINDB) e enunciado INCP n.º 10, quando

forem utilizados sem sucesso os critérios previstos nos incisos do artigo 60, §1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação;
- 13.2.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou inexequível;
- 13.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais de instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração, nos termos do artigo 59, III e § 3º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 13.2.2.** O Pregoeiro pode determinar de ofício, ou a requerimento de qualquer interessado, apresentação de documentos que comprovem a exequibilidade do preço e a legalidade da proposta;
- 13.2.2.1.** Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, o licitante deverá apresentar a composição de custos unitários acompanhada das notas fiscais de entrada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a data de abertura do certame, dos respectivos itens, sob pena de desclassificação de sua proposta;
- 13.2.2.2.** A solicitação será feita mediante sistema eletrônico e o prazo será de 02 (duas) horas, prorrogáveis pelo Pregoeiro mediante solicitação formal e justificada pelo licitante, que deve ser registrada antes do fim do prazo inicialmente estabelecido.
- 13.3.** No caso de bens e serviços em geral, adotar-se-á, na aplicação do disposto no caput do Art. 34º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 2022, o percentual de **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração;
- 13.3.1.** Para verificar a exequibilidade da proposta a partir do percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá exigir que o licitante a demonstre;
- 13.3.2.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 13.3.1**, só será

considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 13.4.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, é facultado ao Pregoeiro efetuar diligência, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, conforme **item 13.2.2;**
- 13.5.** Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências voltadas ao saneamento das propostas, a mesma só poderá ser retomada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência e a ocorrência será registrada em ata;
- 13.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- 13.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;
- 13.8.** Nos itens não exclusivos para a participação das ME's e EPP's que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123/2006;
- 13.8.1.** Em caso positivo, será novamente realizado procedimento de desempate já disposto neste Edital.
- 13.9.** Caso o custo global ou unitário estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;
- 13.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;
- 13.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 13.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a

indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 13.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos deste instrumento convocatório.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, **se for o caso, dos documentos complementares quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;**
- 14.2.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;
- 14.3.** A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser enviada, em **01 (uma) via**, assinada a última página por assinatura eletrônica com certificado digital ICP-Brasil ou rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:
- 14.3.1.** Ser redigida em língua portuguesa, de forma clara e detalhada, isenta de emendas, rasuras e entrelinhas ou ressalvas, identificadas com o nome da licitante, sendo a última folha data e assinada pelo seu proponente ou representante legal;
- 14.3.2.** Conter a razão social da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone, e-mail e dados bancários, bem como o nome, CPF e cargo do representante que firmará contrato com a Administração Pública;
- 14.3.2.1.** O e-mail é de fundamental importância, pois envio da **Autorização de Serviço e Ata de Registro de Preços** serão encaminhados via e-mail oficial da empresa.
- 14.3.3.** Descrição completa do objeto ofertado, incluindo a marca/modelo (quando for o caso) do objeto ofertado;
- 14.3.4.** Preços unitários, contendo no máximo **02 (duas) casas decimais**, e totais dos itens/lotos, expressos em moeda corrente nacional, e os valores unitário e global devem constar tanto em algarismos, quanto por extenso, apurados à data de sua apresentação, incluindo além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral serviço do

objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

- 14.4.** Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa;
- 14.5.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;
- 14.6.** A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente;
- 14.7.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares, estarão disponíveis na internet, após a homologação;

15. DAS AMOSTRAS

- 15.1.** Caso necessário será solicitado amostra.

16. DO CATÁLOGO E/OU DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE

- 16.1.** Caso necessário será solicitado a apresentação de catálogos e/ou documentação técnica.

17. DA HABILITAÇÃO

- 17.1.** Encerrada a etapa de aceitação da(s) proposta(s), o Pregoeiro verificará como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.1.1. Possuir Cadastro do **E-PAULORAMOS**;

17.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

17.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

- 17.1.4.** Lista de Inidôneo, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>).
- 17.1.5.** Para consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- 17.1.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 17.1.6.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 17.1.6.1.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviço similares, dentre outros;
- 17.1.6.1.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 17.1.6.2.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- 17.1.6.3.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 17.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **E-PAULORAMOS**, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica;
- 17.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **E-PAULORAMOS** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;
- 17.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante,

exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

- 17.2.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido pelo pregoeiro sob pena de inabilitação.
- 17.3.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 17.3.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para o **Setor de Licitações e Contratos – SLC**, situada na **Prefeitura Municipal de Paulo Ramos**, com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 45, CEP 65.716-000, Centro, Paulo Ramos/MA.
- 17.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 17.5.** Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o artigo 63, I, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 17.6.** Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:
- 17.6.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 17.6.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data limite estabelecida neste edital de recebimento das propostas;
- 17.7.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 17.8.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

- 17.9.** Verificada a conformidade dos documentos apresentados, o licitante será declarado vencedor;
- 17.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 17.11.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 17.11.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 17.12.** A **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 17.12.1.** Cédula de identidade do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e
- 17.12.2.** No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- 17.12.3.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou
- 17.12.4.** No caso de Sociedade Empresária: Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou
- 17.12.5.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; ou
- 17.12.6.** No caso de Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- 17.12.7.** No caso de Cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
- 17.12.8.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas eventuais alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. De acordo com a Lei n.º 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro); ou
- 17.12.9.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 17.12.10.** A Parte Específica determinará ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, dependendo da atividade a ser licitada, nos termos da legislação vigente;
- 17.12.11.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 17.13. A Regularidade Fiscal**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 17.13.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 17.13.2.** Prova de inscrição no cadastro de **Contribuinte Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 17.13.3.** Para com a **Fazenda Federal**, por meio da **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União**, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB n.º 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio do licitante;
- 17.13.4.** Para com a **Fazenda Estadual**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a

regularidade para com a Fazenda Estadual e **Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;

17.13.5. Para com a **Fazenda Municipal**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e Certidão Negativa ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio do licitante;

17.13.6. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

17.13.7. Para com a **Justiça Trabalhista**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

17.13.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.13.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

17.14. A **Qualificação Econômico-Financeira**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.14.1. **Certidão Negativa de feitos sobre Falência**, expedida por Cartório de Distribuição da Sede da licitante;

17.14.2. Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a real situação financeira da empresa, vedada a sua substituição, por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o

licitante terá que, obrigatoriamente, apresentar documento que altere o mesmo, devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial;

17.14.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os balanços contábeis pelo balanço de abertura;

17.14.2.2. Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

17.14.2.3. A comprovação da real situação financeira da empresa, será avaliada pelos números das demonstrações contábeis em função do índice abaixo:

17.14.2.3.1. Índice de Liquidez Corrente – (ILC) igual ou superior a 01 (um) a ser obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

17.14.2.3.1.1. Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

17.14.2.3.2. Solvência Geral (SG) igual ou superior a 01 (um) a ser obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

17.14.2.3.2.1. O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento de total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

- 17.14.2.4.** As empresas com menos de 02 (dois) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de encerramento do último exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis, consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, relativos ao período de sua existência, e o balanço de abertura registrado na Junta Comercial com selo da DHP do contador que assinou o balanço;
- 17.14.2.5.** A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos;
- 17.14.2.6.** A licitante que apresentar resultado **MENOR QUE UM** no **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL** acima mencionado deverá comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo, correspondente até **10% (dez por cento)** do valor máximo estabelecido no valor estimado da contratação deste Edital;
- 17.14.2.7.** Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial;
- 17.14.2.8.** As empresas constituídas no exercício social em curso, em substituição ao Balanço Patrimonial, deverão apresentar o **Balanço de Abertura**, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- 17.14.2.9.** Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações Contábeis das Sociedades por Ações, registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, deverão ser apresentados acompanhados da Ata de Aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, ou da publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
- 17.14.2.10.** As demais Empresas, Sociedades e as Firms Individuais, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, acompanhado dos **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** em que se ache o Balanço transcrito;
- 17.14.2.11.** A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Presumido**,

que no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa nos termos da Lei Federal n.º 8.981/1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos **Termos de Abertura e Encerramento da Livro Caixa**;

17.14.2.12. As empresas submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital SPED (**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N.º 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021**), deverão apresentar: Termo de Autenticação com a identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil); Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil); Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil); Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil); Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil).

17.14.3. Para compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, nos termos do § 4º do artigo 69 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado, poderá ser estabelecido a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de:

17.14.3.1. 10% (dez por cento) para licitações com valor global inferior ou igual a R\$ 2.500.000,00;

17.14.3.2. 5% (cinco por cento) para licitações com valor global superior a R\$ 2.500.000,00.

17.14.4. Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

17.14.5. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei n.º 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

17.14.6. O balanço intermediário será aceito somente nas hipóteses em que a lei ou contrato/estatuto social assim dispuserem.

17.15. Da Qualificação Técnica, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.15.1. A empresa deverá comprovar que sua atividade é compatível com as características do objeto da licitação.

17.15.1.1. Desclassificação por incompatibilidade de atividade: Serão desclassificadas as empresas que não comprovarem o exercício de atividades compatíveis com o objeto da licitação.

17.16. Das DECLARAÇÕES:

17.16.1. Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento do objeto, conforme disposto no artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme modelo **(ANEXO V)**;

17.16.2. Declaração de Contratos Firmados no ano-calendário de realização da licitação, conforme artigo 4º, § 2º, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, conforme modelo **(ANEXO VI)**;

17.16.3. Declaração Consolidada, conforme modelo **(ANEXO VII)**.

17.17. Caso algum documento venha a ser apresentado por procurador, deverá ser apresentado, também:

17.17.1. Instrumento público ou particular de procuração, com firma do Outorgante reconhecida, ou assinado digitalmente através de certificado digital (ICP-Brasil), em que conste os requisitos mínimos previstos no artigo 654, § 1º do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para formular propostas, dar lances, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;

17.17.2. Cópia de documento de identidade do procurador.

17.18. Para as declarações, documentos e certidões que não constarem prazo de validade será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a contar da data de emissão;

17.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos a Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

17.20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede

que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

17.20.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

17.21. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

17.22. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

17.22.1. Se, na ordem de classificação seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo de regularização;

17.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para sua continuidade;

17.24. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

17.25. Havendo inabilitação da vencedora nos itens não exclusivos às ME's e EPP's, haverá nova verificação de empate ficto, seguindo a disciplina já estabelecida neste instrumento convocatório;

17.26. A declaração de vencedor da licitação somente será dada após a verificação do atendimento de todas as exigências deste Edital.

18. DOS RECURSOS

18.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, no prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema;

- 18.1.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 18.1.2.** Serão desconsiderados qualquer interposição de recurso antes do momento que trata o **item 18.1.**
- 18.2.** Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais com as razões de recurso, no prazo de **03 (três) dias** após a solicitação expressa, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais;
- 18.3.** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, na opção **RECURSO** e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas deverão ser encaminhados via **E-PAULORAMOS**, no sítio eletrônico www.e-pauloramos.com.br;
- 18.4.** A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório;
- 18.5.** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme artigo 165, § 2º da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021;
- 18.6.** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 18.7.** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;
- 18.8.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;
- 18.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital;
- 18.10.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela Autoridade Competente;

18.11. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

19.1.1. Quando for provido recurso que anule atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou que a própria sessão seja anulada, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependem;

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal ou trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006 do tratamento diferenciado às ME's e EPP's, quando serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances já regulamentado neste Edital;

19.1.3. Quando a autoridade superior determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

19.1.4. Se o Pregoeiro verificar irregularidades antes da homologação para sanar possível inconsistência, com base no Princípio da Autotutela, serão adotados imediatamente os procedimentos posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório;

19.2.2. A convocação feita por e-mail (caso necessário) dar-se-á de acordo com os dados contidos no **E-PAULORAMOS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados atualizados;

19.3. O Pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública quando achar necessário, devendo comunicar aos participantes do certame via chat, reiniciando-a somente após decorridas no mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

20.1. Os Esclarecimentos e Impugnações deverão ser formalizados por meio de requerimento endereçado ao Pregoeiro responsável do Edital, devendo ser

protocolado no prazo de até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas, **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA**, de segunda a sexta-feira das 8hs às 18hs (horário de Brasília) através do site **www.e-pauloramos.com.br**;

20.1.1. Não serão consideradas alegações de não entendimento ou interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação após o prazo definido no item acima;

20.1.2. Os dias úteis referidos no prazo acima serão considerados até o horário de expediente do **Setor de Licitações e Contratos – SLC**, situada na Prefeitura Municipal de Paulo Ramos, com sede na **Rua Sete de Setembro, n.º 45, CEP 65.716-000, Centro, Paulo Ramos/MA**, de 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira) no horário de 08 (oito) às 12 (doze) horas;

20.1.3. O recebimento dos pedidos encaminhados após o horário será formalizado, e considerado para fins de observância do prazo, apenas no dia útil subsequente;

20.1.4. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado adequadamente para responder pela Licitante;

20.1.5. Caso a solicitação seja julgada procedente e enseje a alteração dos termos do instrumento convocatório, será designada nova data e horário para realização da sessão pública, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

20.2. Os arquivos encaminhados deverão estar em **PDF** do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa;

20.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao artigo 55, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

20.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.4. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal;

20.5. As impugnações e os esclarecimentos serão respondidos pelo(s) subscritor(es) de Edital e disponibilizados aos interessados no **E-PAULORAMOS** e no **www.pauloramos.ma.gov.br**, opção transparência, no prazo de **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

- 20.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.e-pauloramos.com.br e www.pauloramos.ma.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 21.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;
- 21.2. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá fazê-lo no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** da convocação;
- 22.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021 e será subscrita pela autoridade competente, devendo observar o regulamento no Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023 e subsidiariamente o Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023;
- 22.3. Será registrado o **MENOR PREÇO**;
- 22.4. Será admitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação daqueles que desejaram fazer parte do cadastro de reserva e posterior os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação;
- 22.4.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 21.4**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 22.5. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital;
- 22.6. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento do Registro de Preços da **DETENTORA DA ATA**, nos termos da Capítulo VIII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nos seguintes modos:
- 22.6.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de

descumprimento decorrente de sua própria conduta;

22.6.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

22.6.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.7. O descumprimento, por parte da **DETENTORA DA ATA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta Administração direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

22.8. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do artigo 138 e artigo 139 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sujeitará a **DETENTORA DA ATA** à multa rescisória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da **DETENTORA DA ATA**, independentemente de outras penalidades;

22.9. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa;

22.10. No caso de desistência de serviço, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a **DETENTORA DA ATA** às sanções administrativas pertinentes;

22.11. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, esta Administração poderá aplicar à **DETENTORA DA ATA** outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços;

22.12. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer conforme previsto neste edital no **subitem 22.13**;

22.13. Também poderá ocorrer o cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata a saber:

22.13.1. Por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

22.13.2. A pedido do fornecedor.

22.14. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, salvo no caso de prorrogação;

- 22.14.1.** O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo;
- 22.14.2.** O pedido devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Gestor da Ata ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.
- 22.15.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme caso;
- 22.16.** Na hipótese de a **DETENTORA DA ATA** solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado;
- 22.16.1.** Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no artigo 124, II, "d", da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 22.16.2.** Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.
- 22.17.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital;
- 22.17.1.** Os valores registrados serão fixos e irrealizáveis pelo período de **12 (doze) meses**, salvo nos casos previstos no artigo 124, inciso II, alínea d;
- 22.17.2.** Transcorrido o prazo de **12 (doze) meses**, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC;
- 22.17.3.** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, salvo no caso de prorrogação.
- 22.18.** A existência de preço registrado não obriga a **Prefeitura de Paulo Ramos** a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à **DETENTORA DA ATA** de registro

de preços, preferência em igualdade de condições;

22.19. A Prefeitura de Paulo Ramos se compromete na contratação imediata de **10% (dez por cento)** do total, ficando a seu exclusivo critério a definição das quantidades restantes no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

23. DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

23.1. Encerrado o certame licitatório, o licitante terá um prazo de **02 (duas) horas** para formalizar sua solicitação de inclusão no cadastro de reserva, enviando uma manifestação expressa para o e-mail **licitacao@pauloramos.ma.gov.br**;

23.2. A formação de cadastro reserva vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação daqueles que desejaram fazer parte do cadastro de reserva e posterior os demais licitantes;

23.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame;

23.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da Ata de Registro de Preços realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

24.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

24.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

24.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

24.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

24.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

24.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

24.1.5. Fraudar a licitação;

24.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

24.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, inclusive de forma cumulativa, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, sem prejuízo das previsões contidas entre os artigos 155 e 163 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021:

24.2.1. Do Cancelamento do Registro de Preços:

24.2.1.1. O cancelamento do Registro de Preços, poderá se dar por ato unilateral e escrito da Administração, quando:

24.2.1.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

24.2.1.1.2. Não receber a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

24.2.1.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

24.2.1.1.4. Sofrer alguma das sanções previstas neste Edital.

24.2.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **subitens 24.2.1.1.1 a 24.2.1.1.4 do item 24.2.1**, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa

24.2.2. Advertência:

24.2.2.1. Advertência pelo atraso de até **10 (dez) dias** corridos e sem prejuízo para o **Município de Paulo Ramos**, na execução da prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

24.2.3. Multa:

24.2.3.1. Multa de **30% (trinta por cento)** sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

24.2.3.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

24.2.3.3. O atraso injustificado na execução dos objetos, sem prejuízo do disposto no **item 24.2.1**, sujeitará a Contratada/Detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

24.2.3.3.1. De **0,5% (meio por cento) ao dia**, para atraso de até **15 (quinze) dias corridos**;

24.2.3.3.2. Superados os **15 (quinze) dias corridos**, a partir do 16º a multa será de **1% (um por cento) ao dia**, limitado a **30 (trinta) dias corridos** e aplicada em acréscimo à do **subitem 24.2.3.1**;

24.2.3.3.3. Após **30 (trinta) dias corridos**, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no **item 22.2.1** cumulativamente a este;

24.2.3.3.4. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da notificação.

24.2.3.4. A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no “**subitem 24.2.3.3.1**”, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item;

24.2.3.5. O pedido de prorrogação de prazo final da execução dos objetos somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente;

24.2.3.6. As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

24.2.4. Impedimento de licitar e contratar e:

24.2.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo prazo de até **3 (três) anos**, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

24.2.4.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.2.4.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

24.2.4.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.2.4.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.2.4.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.2.4.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto da licitação sem motivo justificado.

24.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.2.5.1. Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis)**, a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

24.2.5.1.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.2.5.1.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.2.5.1.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.2.5.1.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.2.5.1.5. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2.5.2. A sanção estabelecida no **item 24.2.5.1** será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do artigo 156, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

24.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não com a penalidade de multa;

24.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

24.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 24.1.1, 24.1.2 e 22.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**;

- 24.6.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 24.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 24.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação
- 24.8.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois)** ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir
- 24.9.** Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos
- 24.10.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento
- 24.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre o ato ou a decisão recorrida até que haja uma decisão final da autoridade competente
- 24.12.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 25.1.** Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

26. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 26.1.** Após a Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, será firmado no Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;
- 26.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;
- 26.2.1.** Poderá assinar eletronicamente com certificado digital ICP-Brasil, por meio de envio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;
- 26.2.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico;
- 26.2.3.** O prazo previsto nos subitens anteriores poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, antes de decair o prazo inicial;
- 26.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 26.3.1.** A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecidas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 26.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
- 26.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- 26.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência ou Minuta do Contrato;

26.5. Poderá previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível alteração da situação de cumprimento dos requisitos de habilitação, ou o sofrimento de alguma sanção de impedimento/suspensão de contratação com a Administração Pública;

26.5.1. Existindo alguma restrição, o vencedor deverá regularizar sua situação no que for possível, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos;

26.6. Na assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;

26.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, aqueles que desejaram fazer parte do cadastro de reserva e posterior os demais licitantes para, após a verificação de cumprimento dos requisitos de habilitação, assine a Ata de Registro de Preço e Contrato.

27. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO

27.1. Competirá a **Prefeitura Municipal de Paulo Ramos**, através da **Secretaria Requisitante**, proceder ao acompanhamento, controle e fiscalização do **serviço do(s) objeto(s)**.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. Conforme Decreto, para Registro de Preços não é necessário, inicialmente, a indicação de Dotação Orçamentária, que somente será exigida para formalização do Contrato ou outro Instrumento Hábil;

28.2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

29. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

29.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (**ANEXO I**) e Minuta do Contrato (**ANEXO II**), do presente Edital.

30. DAS OBRIGAÇÕES

- 30.1.** As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são as estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I**) e Minuta do Contrato (**ANEXO II**), do presente Edital.

31. DO PAGAMENTO

- 31.1.** As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência (**ANEXO I**) e Minuta do Contrato (**ANEXO II**), do presente Edital.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 32.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico;
- 32.2.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 32.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;
- 32.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;
- 32.5.** É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 32.6.** Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 32.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 32.8.** A presente licitação será homologada, anulada ou revogada pela autoridade competente nos termos do Decreto Municipal nº 031, de 14 de novembro de 2023;
- 32.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

- 32.10.** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 32.11.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 32.12.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 32.13.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;
- 32.14.** Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;
- 32.15.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital;
- 32.16.** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação;
- 32.17.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e nos endereços eletrônicos **www.e-pauloramos.com.br** e **www.pauloramos.ma.gov.br**

33. DO FORO

- 33.1.** Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Paulo Ramos/MA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida oriunda desta licitação.

Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 01 de Julho de 2025.

ANA BEATRIZ MENDES SILVA
Equipe de Planejamento da PMPR

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025

INTRODUÇÃO

O presente **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** é essencial ao planejamento do suprimento governamental, visando o cumprimento das determinações legais relacionadas à sua elaboração e auxiliando na criação do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição de bens ou serviços.

O ETP inclui, entre outras, a análise da técnica de aquisição pretendida e a avaliação de todos os aspectos necessários e suficientes para a aquisição. Além da previsão legal, o ETP possui respaldo na doutrina administrativista brasileira, conforme destaca a Professora Tatiana Camarão:

Entende-se que um dos principais documentos da etapa de planejamento é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se destina a identificar e analisar a necessidade pungente projetada pela unidade administrativa ao realizar o seu planejamento estratégico e o plano anual de aquisição, buscando evidenciar o problema a ser resolvido, assim como as soluções possíveis, com fins de avaliar as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Nota-se, portanto, que o ETP assume função estratégica na engrenagem das contratações públicas, pois pavimenta o caminho para o atendimento da demanda ao avaliar os cenários possíveis e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis. Em decorrência disto, esse documento vem sendo exigido em vários normativos e trouxe à tona dúvidas em relação à sua produção, conteúdo, momento adequado para sua elaboração e aplicabilidade nas contratações públicas.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1.** A aquisição de utensílios domésticos para atender às Secretarias Municipais de Paulo Ramos justifica-se pela constante demanda por itens fundamentais ao funcionamento de diversas unidades e serviços públicos oferecidos à população. Essas coisas são indispensáveis para atividades como preparação, armazenamento e distribuição de refeições, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Atendimento a Servidores e População: Diversas secretarias, como Educação, Saúde e Assistência Social, dependem de utensílios domésticos para o cumprimento de suas funções. Esses itens viabilizam a realização de atividades diárias que envolvem o preparo e o fornecimento de alimentos para servidores, alunos, pacientes e outros grupos atendidos pelos serviços municipais. Escolas, creches, hospitais e unidades de saúde utilizam pratos, talheres, panelas e copos, entre outros itens, como suporte às suas operações, garantindo um atendimento eficiente, digno e higiênico.

Manutenção de Condições de Higiene e Segurança Alimentar: Os utensílios domésticos adquiridos deverão estar em conformidade com as normas de higiene e segurança alimentar. A atualização periódica desses itens é essencial para evitar o uso de materiais desgastados ou inadequados, que podem comprometer a saúde pública e a qualidade dos serviços oferecidos. A disponibilização de mobília em bom estado garante que as refeições adequadas e serviços sigam os padrões sanitários exigidos, minimizando riscos à saúde da população.

Eficiência na Gestão de Recursos Públicos: A aquisição planejada de peças domésticas por meio de processos licitatórios busca garantir a otimização dos recursos públicos. Esse planejamento garante a obtenção de preços competitivos, a padronização dos itens adquiridos e a continuidade não financeira, promovendo a eficiência administrativa. Dessa forma, evita-se desperdício de recursos e garante-se que as demandas das secretarias atendidas sejam de maneira organizada e sustentável.

Em resumo, a aquisição de ferramentas domésticas para as Secretarias Municipais de Paulo Ramos é uma medida estratégica para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A ação contribui para o cumprimento das funções administrativas, respeitando as normas sanitárias e garantindo o uso racional dos recursos públicos.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Requisitos da Contratação:

- I. Especificações dos objetos:** As mercadorias entregues devem atender rigorosamente às especificações técnicas e orientações descritas no edital e seus anexos;
- II. Comprovação de legitimidade:** O licitante deverá fornecer todas as informações e documentos necessários para comprovar as exceções dos atestados apresentados, incluindo especificações de contratos que deram suporte às atividades relacionadas;
- III. Indenização e peças:** A Contratada será responsável por indenizar ou reparar quaisquer avarias, perdas ou furtos que ocorram durante o transporte ou entrega dos itens contratados;

- IV. Seguro:** O valor do seguro deverá estar incluído no preço oferecido pela Contratada, cobrindo integralmente danos, desaparecimentos, extravios, roubos, furtos e apropriações indevidas durante a execução dos serviços.

2.2. Requisitos Temporais:

- I. Horário de entrega:** Os materiais devem ser entregues no horário de expediente da Secretaria solicitante, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00;
- II. Trajes funcionais:** Funcionários da Contratada não poderão entrar na Secretaria solicitando trajando roupas confortáveis, como regatas, bermudas ou chinelos. Eventuais atrasos ou custos adicionais decorrentes do não cumprimento dessa norma serão de responsabilidade exclusiva da Contratada;
- III. Prazos de entrega:** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, salvo prorrogação justificada pela **CONTRATADA** e aceitação pela Administração. O cumprimento dos prazos não poderá implicar avaliações administrativas.

2.3. Requisito de Sustentabilidade:

- I. Redução de impacto ambiental:** A **CONTRATADA** deve adotar práticas de otimização de recursos, evitando desperdícios e umidade;
- II. Embalagens:** Sempre que possível, os bens devem ser acondicionados em embalagens individuais que utilizem materiais recicláveis e apresentem o menor volume necessário, garantindo proteção adequada durante o transporte e armazenamento.

3. DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

3.1. Demanda estimadas:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
1	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA	Abridor de Latas e Garrafa - material em aço inox, medindo 9cm, abridor manual.	500	Unidade
2	AÇUCAREIRO	Açucareiro -Material em aço inoxidável, capacidade de 300g, com tampa, com pá para açúcar, formato oval.	700	Unidade
3	AVENTAL DE NAPA	Avental de Napa - material em 100% PVC (frente), 50% poliéster e 50% algodão (verso), medindo 1,40m, cor branca.	700	Unidade
4	AVENTAL EM PVC	Avental em PVC -material em PVC cloreto de polivinila, modelo forrado, impermeável, cor branca, medindo 120cm, largura: 70cm, com tiras de amarrar fixas.	1000	Unidade
5	BACIA ALUMÍNIO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	500	Unidade
6	BACIA	Bacia 50cm de Diâmetro - material em alumínio,	300	Unidade

	ALUMÍNIO 50 CM DE DIÂMETRO	funda, redonda.		
7	BACIA DE PLÁSTICO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material plástico, tamanho médio, funda, redonda, na cor branca.	500	Unidade
8	BACIA DE PLÁSTICO 55 CM DE DIÂMETRO	Bacia 55cm de Diâmetro - material plástico, 55cm de diâmetro, capacidade de 27,50L, na cor branca.	500	Unidade
9	BALDE PLÁSTICO 12 LITROS	Balde Plástico 12 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 12L, na cor preta.	1000	Unidade
10	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS	Balde Plástico 15 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 15L, na cor preta.	1000	Unidade
11	BANDEJA PLÁSTICA	Bandeja Plástica - medidas aproximadas: 40cm x 30cm (CxL), na cor branca utilidade: para servir.	1200	Unidade
12	BATEDOR MANUAL	Batedor Manual - Material em aço inoxidável, tipo flexível, medindo 30cm, para cozinha, formato: pêra.	800	Unidade
13	CAÇAROLA COMUM 41L	Caçarola Comum 41L - material em alumínio grosso fundido, n.º 50, com tampa.	100	Unidade
14	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 03 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 03 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 3L, comprimento de 180mm, largura de 300mm, altura de 170mm.	500	Unidade
15	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 12 LITROS	Caixa Térmica de Isopor 12 Litros - embalagem Isopor, caixa térmica, capacidade de 12L, comprimento de 340mm, largura de 230mm, altura de 305mm, espessura de 23mm, com tampa.	500	Unidade
16	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 37 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 37 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 37L, comprimento de 460mm, largura de 365mm, altura de 384mm, espessura de 29mm, com tampa.	500	Unidade
17	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 60 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 60 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, altura de 280mm, capacidade de 60L, comprimento de 743mm, espessura de 50mm, largura de 560mm, com tampa.	300	Unidade
18	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 06 LITROS	Caixa Térmica Plástica 06 Litros - material em polietileno, comprimento de 42cm, largura de 30cm, altura de 7cm, com alça fixa e botão de travamento, com tampa, capacidade de 6L.	500	Unidade
19	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 12 LITROS	Caixa Térmica Plástica 12 Litros - material de polipropileno, capacidade de 12L, com alça e tampa, tamanho cerca de 40x25x26cm.	400	Unidade
20	CESTO PARA LIXO 20 LITROS	Cesto Para Lixo 20 Litros - com tampa, material em plástico reforçado, pedal, medidas aproximadas: 41,5cm (altura) x 38cm (largura) X 31cm (profundidade).	600	Unidade
21	CESTO PARA LIXO 40 LITROS	Cesto Grande 40 Litros - material em plástico, com tampa, pedal, para lixo, capacidade de 40L, medidas aproximadas: 3cm x 33cm x 44cm (LxCxA).	400	Unidade
22	CHAIRA LISO	Chaira Lisa - aço Carbono 12" polegadas profissional, Dimensões 4x5,5x44,5cm.	700	Unidade
23	COADOR PARA CAFÉ	Coador Para Café - material pano branco, com cabo de madeira, diâmetro aproximado de 13cm, profundidade 19cm, capacidade de 2L.	1000	Unidade
24	COLHER DE SOPA	Colher de Sopa - material em inox, cabo em polipropileno, tamanho grande, tipo sopa.	4000	Pacote
25	COLHER DE SERVIR ARROZ	Colher de Servir Arroz - material em aço inox, medida aproximada de 33cm, tamanho grande, tipo arroz.	2800	Unidade
26	COLHER DE	Colher de Sobremesa - material em aço inox, tamanho	2800	Unidade

	SOBREMESA	médio, tipo sobremesa, medidas aproximadas de 10cm.		
27	CONCHA GRANDE	Concha Grande - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 33cm.	1000	Unidade
28	CONCHA MÉDIA	Concha Média - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 30cm.	1000	Unidade
29	CONJUNTO DE PANELAS	Conjunto de panelas - material alumínio com revestimento interno antiaderente e cabos em baquelite, contendo 7 peças e com as seguintes medidas aproximadas, 1 caçarola de 20cm com 2,8L, 1 caçarola de 22cm com 3,7 L, 1 panela de 16cm com 1,4 L, 1 Panela de 18cm com 2,0 L, 1 Fervedor de 14cm com 1,8L, 1 frigideira de 20cm, 1 frigideira reta de 22cm.	100	Conjunto
30	CONJUNTO DE TALHERES 42 PEÇAS	Conjunto de Talheres 42 Peças - inteiramente em material de aço inox, designer liso contendo 06 Colheres de mesa, 06 Garfos de mesa, 06 Facas de churrasco, 06 Colheres de sobremesa, 06 Garfos de sobremesa, 06 Facas de sobremesa e 06 Colheres de chá.	100	Conjunto
31	CONJUNTO DE XÍCARAS	Conjunto de Xícaras - para café material vidro, com 12 peças cor branca com capacidade mínima de 75 ml, sendo 6 xícaras e 6 pires, Medidas: Xícara com no mínimo 5cm e Pires com no mínimo 11cm.	300	Conjunto
32	COPO DE PLÁSTICO TIPO CANECA	Copo de Plástico Tipo Caneca - material polipropileno, com alça, tipo merenda escolar, capacidade de medida 300ml, cor variada.	7500	Unidade
33	COPO DE VIDRO 300 ml	Copo vidro 300ml - material em vidro, liso, para água e suco 300ml, cor transparente, conjunto com 6 unidades.	800	Conjunto
34	COPO DE VIDRO 400 ml	Copo de Vidro 400ml - capacidade mínima de 400 ml, reutilizável, liso, transparente. Conjunto com 6 unidades.	500	Conjunto
35	CUSCUZEIRA	Cuscuzeira - capacidade mínima de 2 litros, em alumínio.	500	Unidade
36	ESCORREDOR DE COPOS	Escorredor de Pratos - sobre pia em material de plástico; resistente e durável.	500	Unidade
37	ESCORREDOR DE MACARRÃO	Escorredor de Macarrão - características: material de alumínio, diâmetro 50 cm capacidade 21 litros com alça, Dimensão da Boca: 51x51 cm, Altura: 32 cm, Largura: 51 cm, Profundidade: 59 cm.	100	Unidade
38	ESCUMADEIRA	Escumadeira - material em inox, medindo aproximadamente 35cm.	500	Unidade
39	ESPREMEDOR DE LIMÃO	Espremedor Fruta - material jarra em aço inoxidável, aplicação em limão, estrutura reforçada, acionamento manual, 7cm de diâmetro.	500	Unidade
40	FACA DE MESA	Faca de Mesa - com cabo em polipropileno, corpo da faca em aço inoxidável.	4000	Unidade
41	FACA LÂMINA 10	Faca Lâmina 10 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 10, aplicação cortar carne.	300	Unidade
42	FACA LÂMINA 06	Faca Lâmina 06 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 06, aplicação cortar carne.	600	Unidade
43	FACA LÂMINA 07	Faca Lâmina 07 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 07, aplicação cortar carne.	800	Unidade
44	FACA LÂMINA 08	Faca Lâmina 08 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 08, aplicação cortar carne.	500	Unidade
45	FRIGIDEIRA COM TAMPA 25	Frigideira Com Tampa 25cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico,	300	Unidade

	CM	medindo aproximadamente 25cm de diâmetro.		
46	FRIGIDEIRA COM TAMPA 36CM	Frigideira Com Tampa 36cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 36cm de diâmetro.	200	Unidade
47	GARFO DE MESA	Garfo de Mesa - material do cabo em polipropileno, corpo garfo aço inoxidável.	2400	Unidade
48	GARRAFA TÉRMICA 1L	Garrafa Térmica 1L - material interno em aço inoxidável, externo em material plástico, parede dupla e sistema a vácuo em seu interior, para café.	200	Unidade
49	GARRAFA TÉRMICA 12 L	Garrafa Térmica - material em plástico revestido com fibra, capacidade de 12L, com uma torneira.	200	Unidade
50	JARRA DE VIDRO 1,5L	Jarra de Vidro 1,5L - material em vidro, com tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1,5L.	400	Unidade
51	JARRA DE VIDRO 1L	Jarra de Vidro 1L - material em vidro, sem tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1L.	500	Unidade
52	KIT MERENDA PRATO, COPO E COLHER	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato, 1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.	7500	Kits
53	LEITEIRA	Leiteira - material em alumínio, capacidade de 4 litros.	200	Unidade
54	ORGANIZADOR DE PIA	Organizador de Pia - com duas divisões para detergente e esponja; em material plástico; cor branco; dimensões 16 (A) x 8(L) x 5(C)cm.	500	Unidade
55	PANELA DE ALUMÍNIO 20L	Panela de Alumínio 20L - caçarola reta, material alumínio nº 38, capacidade para 20 litros, dimensões aproximadas de altura de 18cm; diâmetro da boca de 38cm; espessura de 2mm.	100	Unidade
56	PANELA DE PRESSÃO 15L	Panela de Pressão 15L - material em alumínio reforçado, cabo em material plástico duro, tampa com fechamento externo capacidade 15 litros, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade
57	PANELA DE PRESSÃO 4,5L	Panela de Pressão 4,5L - material em alumínio reforçado com tampa fechamento externo cabo plástico duro, capacidade 4,5L, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade
58	PEGADOR DE SALADA	Pegador de Salada - material em aço inóx resistente, com 2 pás, medidas aproximadas de 28cm de comprimento e 6cm de largura.	500	Unidade
59	PENEIRA GRANDE	Peneira Grande - com cabo, aro e tela em material aço inox resistente, medindo aproximadamente 24cm de diâmetro.	1000	Unidade
60	PORTA BISCOITO	Porta biscoito - material em vidro, formato redondo, transparente, com tampa, capacidade aproximada de 1 Litro.	1000	Unidade
61	PORTA SABONETE	Porta Sabonete - material em plástico, com válvula dosadora, frasco de 500ml.	800	Unidade
62	PORTA TALHERES	Porta Talheres - material em plástico, com tampa, contendo 5 divisões, dimensões aproximadas de 4,5x30x26,4cm.	800	Unidade
63	POTE PLÁSTICO	Pote Plástico - material em plástico, formato redondo, com tampa, atóxico, capacidade 3L.	800	Unidade
64	PRATO DE VIDRO	Prato de Vidro - material em vidro, tipo fundo, transparente, medindo aproximadamente 22cm de diâmetro.	1000	Unidade
65	RALADOR DE VERDURAS	Ralador de Verduras - material em aço inox, resistente, com 4 faces e 4 funções, com lâminas que permitam o corte preciso do alimento. Base com 19cm de comprimento e 8cm de largura e cabo de baquelite branco ou em inox com 7cm de altura.	900	Unidade
66	TÁBUA PARA	Tábua Para Corte de Carne - material em plástico, cor	900	Unidade

	CORTE DE CARNE	branca, espessura: 0,5cm, largura: 27cm, comprimento 40cm, utilidade: preparo e cortes de carnes.		
67	DESINTUPIDOR DE PIA	Desentupidor de Pia - cabo plástico, formato sanfonada, material em borracha resistente, na cor preta, medindo 20cm.	300	Unidade
68	SALEIRO	Saleiro - material em vidro, utilizado em mesa, medindo aproximadamente 4X4X10Cm.	700	Unidade
69	PALITEIRO	Paliteiro - material em aço inox, contendo tampa, no formato cilíndrico, medindo aproximadamente 8cm.	500	Unidade
70	ACENDEDOR	Acendedor - automático, uso em fogão, estrutura em alumínio resistente.	500	Unidade

3.2. Descrições Adicionais: Além das informações apresentadas na planilha, destacamos os seguintes pontos complementares para esclarecer o processo de aquisição e seus objetivos:

3.2.1. Integração com Políticas Públicas Locais: A aquisição deve estar alinhada com as políticas públicas municipais e os planos de gestão de cada secretaria. Já nas unidades de saúde, os itens devem seguir as normas de higiene e segurança sanitária. Esse alinhamento garante que os recursos sejam utilizados de forma estratégica, otimizando sua aplicação e impactando positivamente os serviços oferecidos à população;

3.2.2. Atenção ao Ciclo de Vida dos Produtos: É fundamental considerar não apenas o custo inicial dos objetos, mas também sua durabilidade e os custos associados ao uso ao longo do tempo. Optar por produtos de qualidade e maior resistência reduz a frequência de reposições, gerando economia no orçamento público. Essa abordagem também contribui para a sustentabilidade financeira e a eficiência da gestão pública;

3.2.3. Capacitação e Orientação para os Usuários: Após a aquisição, é relevante promover a capacitação dos servidores públicos que utilizam as ferramentas. Isso inclui treinamentos sobre uso e manutenção adequada, garantindo maior longevidade dos produtos. Especialmente nas áreas de saúde e educação, a orientação sobre práticas de higiene e conservação ajuda a prevenir danos precoces e a manter a funcionalidade dos itens;

3.2.4. Fomento à Economia Local: Sempre que possível, a contratação deve priorizar fornecedores locais, contribuindo para o fortalecimento da economia regional, geração de empregos e aumento da arrecadação municipal. Além disso, a proximidade geográfica pode reduzir custos logísticos e de transporte. No entanto, é essencial que a escolha dos fornecedores siga critérios de qualidade, competitividade de preços e observância aos princípios da administração pública, como impessoalidade e transparência;

3.2.5. Avaliação Pós-Aquisição e Feedback: Após a entrega da mobília, é importante realizar uma avaliação de satisfação pelos usuários finais (servidores e equipes das secretarias). Esse processo permite identificar possíveis problemas de

qualidade ou adequação dos produtos às necessidades reais, bem como orientar futuras aquisições, ajustando especificações e processos para atender de forma ainda mais eficaz às demandas públicas;

3.2.6. Planejamento de Substituição e Reposição: Devido ao uso contínuo e ao desgaste natural dos objetos, é necessário estabelecer um planejamento de substituições e reposições periódicas. Um bom cronograma estruturado garante que as secretarias não fiquem desabastecidas, permitindo a continuidade dos serviços essenciais e evitando contratações emergenciais que possam onerar o município;

3.2.7. Essas autoridades adicionais reforçam os aspectos operacionais, financeiros e estratégicos de aquisição, garantindo que a compra de mineração doméstica atenda de forma eficiente, sustentável e alinhada às necessidades das Secretarias Municipais de Paulo Ramos.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO

4.1. Fundamentação: O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a ser contratada, conforme estabelecido no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.2. Análise das Soluções Cabíveis: Diversas soluções foram avaliadas para atender à necessidade de aquisição de utensílios domésticos de forma eficiente, regular e dentro dos princípios de administração pública. A seguir, são apresentadas as principais alternativas, destacando suas respectivas vantagens e vantagens:

4.2.1. Aquisição por Sistema de Registro de Preços (SRP): Esta finalidade é amplamente utilizada por municípios e órgãos públicos para atender demandas recorrentes, como no caso de escolas, creches e outras instituições públicas. A vantagem do SRP é a economia de escala e a padronização dos produtos adquiridos. A desvantagem é que pode haver limitações na variedade e na atualização de itens contratados ao longo do tempo, além da dependência da execução eficiente do fornecedor contratado;

4.2.2. Parcerias Público-Privadas (PPPs): Outra alternativa envolve parcerias com empresas privadas para o fornecimento de equipamentos e utensílios, principalmente em projetos educacionais ou sociais. As vantagens incluem maior flexibilidade e a possibilidade de adaptação às necessidades específicas de cada projeto. Contudo, a desvantagem está na maior complexidade dos contratos e no risco de incompatibilidades entre os interesses públicos e privados.

4.2.3. Consórcios Públicos ou Compras Compartilhadas: Realização da aquisição

em conjunto com outros municípios ou órgãos públicos, formando um consórcio. Essa abordagem pode gerar economia de escala ao consolidar maiores volumes de compra, proporcionando melhores condições comerciais. Por outro lado, exige maior coordenação entre as partes envolvidas e pode enfrentar desafios logísticos no momento da entrega;

4.2.4. Adoção de Tecnologia e Plataformas Eletrônicas de Compras: Utilização de plataformas tecnológicas para ampliar a concorrência e alcançar fornecedores de diferentes regiões. Isso pode gerar economia e acesso a produtos mais diversificados. A desvantagem está na necessidade de capacitação e infraestrutura tecnológica para sua implementação.

4.3. Essas alternativas apresentam diferentes abordagens para atender às demandas, considerando aspectos como eficiência, economicidade e flexibilidade, sem repetir conceitos semelhantes. Cada solução deve ser avaliada em conformidade com as necessidades específicas do município e com as condições do mercado.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Conforme o Art. 40, §2º da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, o parcelamento é a regra quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. A licitação deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Isso visa a propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para executar a totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) destaca:

Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/93, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer, e nisso andou bem o legislador, que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar perda de economia de escala e, por via de consequência." (Decisão nº 348/199, Plenário, rel. Min. Benjamim Zymler).

Adicionalmente, o TCU consolidou o entendimento sobre o parcelamento no enunciado da Súmula 247:

SÚMULA Nº 247: *É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o*

conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

- 5.2.** Ao analisar a natureza dos itens a serem adquiridos nesta contratação, conclui-se que não há especificidades que exijam seu agrupamento. Portanto, deve prevalecer a regra geral de parcelamento, como forma de garantir ampla concorrência, conforme estabelece o Art. 40 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

- 6.1.** A escolha pela Aquisição pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se em sua eficiência comprovada para atender demandas recorrentes e variáveis de órgãos públicos, como as relacionadas às Secretarias Municipais. Este modelo permite a contratação de fornecedores para fornecimento parcelado de utensílios domésticos ao longo de um período de até 12 meses, atendendo a variações na necessidade de consumo sem comprometer a agilidade e a regularidade do abastecimento.

Do ponto de vista técnico, o SRP oferece vantagens relevantes, como a economia de escala, possibilitando que o município consolide as demandas de diferentes unidades administrativas em um único processo. Isso gera melhores condições comerciais, como redução de preços unitários, pela negociação de volumes mais expressivos. Além disso, promove a padronização dos produtos adquiridos, aspecto fundamental para garantir uniformidade e conformidade com as normas técnicas e operacionais aplicáveis aos equipamentos utilizados nos serviços públicos.

A flexibilidade operacional do SRP também é um diferencial técnico. Ele permite que os itens sejam adquiridos em lotes menores ou em momentos diferentes, ajustando-se tanto às demandas reais quanto às limitações orçamentárias. Essa característica evita estoques necessários e custos relacionados ao armazenamento prolongado, além de mitigar o risco de obsolescência de produtos.

Ainda que o SRP apresente desafios, como a dependência de fornecedores eficientes para cumprir os contratos e eventuais limitações na atualização dos itens listados, esses aspectos podem ser minimizados por meio de um planejamento detalhado, incluindo a definição das especificações técnicas, a realização de um planejamento detalhado levantamento de mercado robusto e monitoramento contínuo da execução contratual.

6.2. Justificativa da contratação como um todo

A contratação de utensílios domésticos para as Secretarias Municipais de Paulo Ramos é uma medida essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades

administrativas e operacionais das unidades atendidas. A aquisição contempla a reposição de itens desgastados, a preparação para inauguração de novos espaços e a adequação às necessidades das secretarias em setores como educação, saúde e assistência social.

A contratação se justifica tecnicamente pela necessidade de itens que atendem aos critérios de durabilidade, qualidade e conformidade com os requisitos específicos de uso. Em ambientes escolares, por exemplo, os objetos devem ser adequados ao uso coletivo e resistentes ao desgaste diário. Em unidades de saúde, você precisa atender a padrões de higiene e segurança, garantindo sua adequação a um contexto sensível e regulamentado.

A implementação de um modelo de aquisição eficiente, como o SRP, permite que o município lide com demandas contínuas e variáveis, garantindo o abastecimento regular e evitando interrupções que possam comprometer o funcionamento dos serviços públicos. Além disso, o planejamento cuidadoso da contratação contribui para a economicidade, maximizando o uso dos recursos públicos e garantindo que as peças sejam adquiridas e distribuídas de forma alinhada às necessidades reais das secretarias.

Assim, a aquisição de ferramentas domésticas não atende apenas às necessidades operacionais das Secretarias Municipais, mas também reforça o compromisso com a eficiência administrativa e a melhoria dos serviços oferecidos à população.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Fundamentação: A estimativa do valor da contratação deve ser fundamentada nos preços praticados no mercado, utilizando como base dados de bancos públicos e privados de referência. A avaliação inclui a quantidade de itens a serem adquiridos e considera a possibilidade de economia de escala e as características específicas do local de execução. Isso está em conformidade com o art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que orienta sobre a precificação adequada para garantir a transparência e a justiça no processo de contratação;

7.2. Discriminação do Objeto com Preços Unitários Estimados:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	OBJETO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	276686	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA	Abridor de Latas e Garrafa - material em aço inox, medindo 9cm, abridor manual.	500	Unidade	R\$ 17,57	R\$ 8.785,00
2	248997	AÇUCAREIRO	Açucareiro -Material em aço inoxidável, capacidade de 300g, com tampa, com pá para açúcar, formato oval.	700	Unidade	R\$ 49,39	R\$ 34.573,00
3	243334	AVENTAL DE NAPA	Avental de Napa - material em 100% PVC (frente), 50% poliéster e 50% algodão (verso), medindo 1,40m, cor branca.	700	Unidade	R\$ 11,20	R\$ 7.840,00

4	240136	AVENTAL EM PVC	Avental em PVC -material em PVC cloreto de polivinila, modelo forrado, impermeável, cor branca, medindo 120cm, largura: 70cm, com tiras de amarrar fixas.	1000	Unidade	R\$ 16,90	R\$ 16.900,00
5	236285	BACIA ALUMÍNIO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	500	Unidade	R\$ 40,99	R\$ 20.495,00
6	236286	BACIA ALUMÍNIO 50 CM DE DIÂMETRO	Bacia 50cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	300	Unidade	R\$ 43,13	R\$ 12.939,00
7	237925	BACIA DE PLÁSTICO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material plástico, tamanho médio, funda, redonda, na cor branca.	500	Unidade	R\$ 18,49	R\$ 9.245,00
8	405452	BACIA DE PLÁSTICO 55 CM DE DIÂMETRO	Bacia 55cm de Diâmetro - material plástico, 55cm de diâmetro, capacidade de 27,50L, na cor branca.	500	Unidade	R\$ 25,17	R\$ 12.585,00
9	286790	BALDE PLÁSTICO 12 LITROS	Balde Plástico 12 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 12L, na cor preta.	1000	Unidade	R\$ 18,00	R\$ 18.000,00
10	216085	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS	Balde Plástico 15 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 15L, na cor preta.	1000	Unidade	R\$ 22,95	R\$ 22.950,00
11	440174	BANDEJA PLÁSTICA	Bandeja Plástica - medidas aproximadas: 40cm x 30cm (CxL), na cor branca utilidade: para servir.	1200	Unidade	R\$ 38,46	R\$ 46.152,00
12	334505	BATEDOR MANUAL	Batedor Manual - Material em aço inoxidável, tipo flexível, medindo 30cm, para cozinha, formato: pêra.	800	Unidade	R\$ 33,25	R\$ 26.600,00
13	365869	CAÇAROLA COMUM 41L	Caçarola Comum 41L - material em alumínio grosso fundido, n.º 50, com tampa.	100	Unidade	R\$ 334,83	R\$ 33.483,00
14	442691	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 03 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 03 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 3L, comprimento de 180mm, largura de 300mm, altura de 170mm.	500	Unidade	R\$ 8,03	R\$ 4.015,00
15	222013	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 12 LITROS	Caixa Térmica de Isopor 12 Litros - embalagem Isopor, caixa térmica, capacidade de 12L, comprimento de 340mm, largura de 230mm, altura de 305mm, espessura de 23mm, com tampa.	500	Unidade	R\$ 23,63	R\$ 11.815,00
16	222048	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 37 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 37 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 37L, comprimento de 460mm,	500	Unidade	R\$ 48,22	R\$ 24.110,00

			largura de 365mm, altura de 384mm, espessura de 29mm, com tampa.				
17	222070	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 60 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 60 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, altura de 280mm, capacidade de 60L, comprimento de 743mm, espessura de 50mm, largura de 560mm, com tampa.	300	Unidade	R\$ 81,91	R\$ 24.573,00
18	443874	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 06 LITROS	Caixa Térmica Plástica 06 Litros - material em polietileno, comprimento de 42cm, largura de 30cm, altura de 7cm, com alça fixa e botão de travamento, com tampa, capacidade de 6L.	500	Unidade	R\$ 15,13	R\$ 7.565,00
19	475419	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 12 LITROS	Caixa Térmica Plástica 12 Litros - material de polipropileno, capacidade de 12L, com alça e tampa, tamanho cerca de 40x25x26cm.	400	Unidade	R\$ 66,03	R\$ 26.412,00
20	314891	CESTO PARA LIXO 20 LITROS	Cesto Para Lixo 20 Litros - com tampa, material em plástico reforçado, pedal, medidas aproximadas: 41,5cm (altura) x 38cm (largura) X 31cm (profundidade).	600	Unidade	R\$ 50,13	R\$ 30.078,00
21	456391	CESTO PARA LIXO 40 LITROS	Cesto Grande 40 Litros - material em plástico, com tampa, pedal, para lixo, capacidade de 40L, medidas aproximadas: 3cm x 33cm x 44cm (LxCxA).	400	Unidade	R\$ 70,60	R\$ 28.240,00
22	28444	CHAIRA LISO	Chaira Lisa - aço Carbono 12" polegadas profissional, Dimensões 4x5,5x44,5cm.	700	Unidade	R\$ 51,40	R\$ 35.980,00
23	419187	COADOR PARA CAFÉ	Coador Para Café - material pano branco, com cabo de madeira, diâmetro aproximado de 13cm, profundidade 19cm, capacidade de 2L.	1000	Unidade	R\$ 15,08	R\$ 15.080,00
24	232833	COLHER DE SOPA	Colher de Sopa - material em inox, cabo em polipropileno, tamanho grande, tipo sopa.	4000	Pacote	R\$ 4,27	R\$ 17.080,00
25	240322	COLHER DE SERVIR ARROZ	Colher de Servir Arroz - material em aço inox, medida aproximada de 33cm, tamanho grande, tipo arroz.	2800	Unidade	R\$ 28,13	R\$ 78.764,00
26	240323	COLHER DE SOBREMESA	Colher de Sobremesa - material em aço inox, tamanho médio, tipo sobremesa, medidas aproximadas de 10cm.	2800	Unidade	R\$ 4,74	R\$ 13.272,00
27	150696	CONCHA GRANDE	Concha Grande - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 33cm.	1000	Unidade	R\$ 31,70	R\$ 31.700,00
28	150696	CONCHA MÉDIA	Concha Média - cabo polipropileno, cor preta, corpo	1000	Unidade	R\$ 24,13	R\$ 24.130,00

			da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 30cm.				
29	150237	CONJUNTO DE PANELAS	Conjunto de panelas - material alumínio com revestimento interno antiaderente e cabos em baquelite, contendo 7 peças e com as seguintes medidas aproximadas, 1 caçarola de 20cm com 2,8L, 1 caçarola de 22cm com 3,7 L, 1 panela de 16cm com 1,4 L, 1 Panela de 18cm com 2,0 L, 1 Fervedor de 14cm com 1,8L, 1 frigideira de 20cm, 1 frigideira reta de 22cm.	100	Conjunto	R\$ 353,94	R\$ 35.394,00
30	28525	CONJUNTO DE TALHERES 42 PEÇAS	Conjunto de Talheres 42 Peças - inteiramente em material de aço inox, designer liso contendo 06 Colheres de mesa, 06 Garfos de mesa, 06 Facas de churrasco, 06 Colheres de sobremesa, 06 Garfos de sobremesa, 06 Facas de sobremesa e 06 Colheres de chá.	100	Conjunto	R\$ 163,90	R\$ 16.390,00
31	28525	CONJUNTO DE XÍCARAS	Conjunto de Xícaras - para café material vidro, com 12 peças cor branca com capacidade mínima de 75 ml, sendo 6 xícaras e 6 pires, Medidas: Xícara com no mínimo 5cm e Pires com no mínimo 11cm.	300	Conjunto	R\$ 86,63	R\$ 25.989,00
32	278458	COPO DE PLÁSTICO TIPO CANECA	Copo de Plástico Tipo Caneca - material polipropileno, com alça, tipo merenda escolar, capacidade de medida 300ml, cor variada.	7500	Unidade	R\$ 3,60	R\$ 27.000,00
33	393858	COPO DE VIDRO 300 ml	Copo vidro 300ml - material em vidro, liso, para água e suco 300ml, cor transparente, conjunto com 6 unidades.	800	Conjunto	R\$ 41,35	R\$ 33.080,00
34	235401	COPO DE VIDRO 400 ml	Copo de Vidro 400ml - capacidade mínima de 400 ml, reutilizável, liso, transparente. Conjunto com 6 unidades.	500	Conjunto	R\$ 46,65	R\$ 23.325,00
35	333179	CUSCUZEIRA	Cuscuzeira - capacidade mínima de 2 litros, em alumínio.	500	Unidade	R\$ 35,33	R\$ 17.665,00
36	260944	ESCORREDOR DE COPOS	Escorredor de Pratos - sobre pia em material de plástico; resistente e durável.	500	Unidade	R\$ 33,66	R\$ 16.830,00
37	406327	ESCORREDOR DE MACARRÃO	Escorredor de Macarrão - características: material de alumínio, diâmetro 50 cm capacidade 21 litros com alça, Dimensão da Boca: 51x51 cm, Altura: 32 cm, Largura: 51 cm, Profundidade: 59 cm.	100	Unidade	R\$ 141,93	R\$ 14.193,00

38	464884	ESCUMADEIRA	Escumadeira - material em inox, medindo aproximadamente 35cm.	500	Unidade	R\$ 37,56	R\$ 18.780,00
39	357206	ESPRESSO DE LIMÃO	Espresso Fruta - material jarra em aço inoxidável, aplicação em limão, estrutura reforçada, acionamento manual, 7cm de diâmetro.	500	Unidade	R\$ 34,88	R\$ 17.440,00
40	219007	FACA DE MESA	Faca de Mesa - com cabo em polipropileno, corpo da faca em aço inoxidável.	4000	Unidade	R\$ 4,97	R\$ 19.880,00
41	297530	FACA LÂMINA 10	Faca Lâmina 10 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 10, aplicação cortar carne.	300	Unidade	R\$ 56,63	R\$ 16.989,00
42	282595	FACA LÂMINA 06	Faca Lâmina 06 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 06, aplicação cortar carne.	600	Unidade	R\$ 14,91	R\$ 8.946,00
43	390393	FACA LÂMINA 07	Faca Lâmina 07 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 07, aplicação cortar carne.	800	Unidade	R\$ 47,96	R\$ 38.368,00
44	455573	FACA LÂMINA 08	Faca Lâmina 08 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 08, aplicação cortar carne.	500	Unidade	R\$ 35,26	R\$ 17.630,00
45	465041	FRIGIDEIRA COM TAMPA 25 CM	Frigideira Com Tampa 25cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 25cm de diâmetro.	300	Unidade	R\$ 96,38	R\$ 28.914,00
46	286379	FRIGIDEIRA COM TAMPA 36CM	Frigideira Com Tampa 36cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 36cm de diâmetro.	200	Unidade	R\$ 113,23	R\$ 22.646,00
47	219014	GARFO DE MESA	Garfo de Mesa - material do cabo em polipropileno, corpo garfo aço inoxidável.	2400	Unidade	R\$ 4,72	R\$ 11.328,00
48	343958	GARRAFA TÉRMICA 1L	Garrafa Térmica 1L - material interno em aço inoxidável, externo em material plástico, parede dupla e sistema a vácuo em seu interior, para café.	200	Unidade	R\$ 84,80	R\$ 16.960,00
49	233169	GARRAFA TÉRMICA 12 L	Garrafa Térmica - material em plástico revestido com fibra, capacidade de 12L, com uma torneira.	200	Unidade	R\$ 166,52	R\$ 33.304,00
50	240390	JARRA DE VIDRO 1,5L	Jarra de Vidro 1,5L - material em vidro, com tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1,5L.	400	Unidade	R\$ 33,35	R\$ 13.340,00
51	260618	JARRA DE	Jarra de Vidro 1L - material	500	Unidade	R\$ 36,38	R\$ 18.190,00

		VIDRO 1L	em vidro, sem tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1L.				
52	28525	KIT MERENDA PRATO, COPO E COLHER	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato, 1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.	7500	Kits	R\$ 14,91	R\$ 111.825,00
53	354894	LEITEIRA	Leiteira - material em alumínio, capacidade de 4 litros.	200	Unidade	R\$ 61,63	R\$ 12.326,00
54	150734	ORGANIZADOR DE PIA	Organizador de Pia - com duas divisões para detergente e esponja; em material plástico; cor branco; dimensões 16 (A) x 8(L) x 5(C)cm.	500	Unidade	R\$ 14,36	R\$ 7.180,00
55	616647	PANELA DE ALUMÍNIO 20L	Panela de Alumínio 20L - caçarola reta, material alumínio nº 38, capacidade para 20 litros, dimensões aproximadas de altura de 18cm; diâmetro da boca de 38cm; espessura de 2mm.	100	Unidade	R\$ 184,76	R\$ 18.476,00
56	424374	PANELA DE PRESSÃO 15L	Panela de Pressão 15L - material em alumínio reforçado, cabo em material plástico duro, tampa com fechamento externo capacidade 15 litros, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade	R\$ 334,31	R\$ 33.431,00
57	222364	PANELA DE PRESSÃO 4,5L	Panela de Pressão 4,5L - material em alumínio reforçado com tampa fechamento externo cabo plástico duro, capacidade 4,5L, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade	R\$ 109,83	R\$ 10.983,00
58	464896	PEGADOR DE SALADA	Pegador de Salada - material em aço inox resistente, com 2 pás, medidas aproximadas de 28cm de comprimento e 6cm de largura.	500	Unidade	R\$ 25,20	R\$ 12.600,00
59	617107	PENEIRA GRANDE	Peneira Grande - com cabo, aro e tela em material aço inox resistente, medindo aproximadamente 24cm de diâmetro.	1000	Unidade	R\$ 47,96	R\$ 47.960,00
60	618269	PORTA BISCOITO	Porta biscoito - material em vidro, formato redondo, transparente, com tampa, capacidade aproximada de 1 Litro.	1000	Unidade	R\$ 29,99	R\$ 29.990,00
61	231644	PORTA SABONETE	Porta Sabonete - material em plástico, com válvula dosadora, frasco de 500ml.	800	Unidade	R\$ 15,00	R\$ 12.000,00
62	405731	PORTA TALHERES	Porta Talheres - material em plástico, com tampa, contendo 5 divisões, dimensões aproximadas de 4,5x30x26,4cm.	800	Unidade	R\$ 31,78	R\$ 25.424,00

63	443879	POTE PLÁSTICO	Pote Plástico - material em plástico, formato redondo, com tampa, atóxico, capacidade 3L.	800	Unidade	R\$ 15,70	R\$ 12.560,00
64	222372	PRATO DE VIDRO	Prato de Vidro - material em vidro, tipo fundo, transparente, medindo aproximadamente 22cm de diâmetro.	1000	Unidade	R\$ 12,11	R\$ 12.110,00
65	261597	RALADOR DE VERDURAS	Ralador de Verduras - material em aço inox, resistente, com 4 faces e 4 funções, com lâminas que permitam o corte preciso do alimento. Base com 19cm de comprimento e 8cm de largura e cabo de baquelite branco ou em inox com 7cm de altura.	900	Unidade	R\$ 31,40	R\$ 28.260,00
66	416054	TÁBUA PARA CORTE DE CARNE	Tábua Para Corte de Carne - material em plástico, cor branca, espessura: 0,5cm, largura: 27cm, comprimento 40cm, utilidade: preparo e cortes de carnes.	900	Unidade	R\$ 35,98	R\$ 32.382,00
67	446101	DESINTUPIDOR DE PIA	Desentupidor de Pia - cabo plástico, formato sanfonada, material em borracha resistente, na cor preta, medindo 20cm.	300	Unidade	R\$ 15,90	R\$ 4.770,00
68	468424	SALEIRO	Saleiro - material em vidro, utilizado em mesa, medindo aproximadamente 4X4X10Cm.	700	Unidade	R\$ 16,73	R\$ 11.711,00
69	220717	PALITEIRO	Paliteiro - material em aço inox, contendo tampa, no formato cilíndrico, medindo aproximadamente 8cm.	500	Unidade	R\$ 12,17	R\$ 6.085,00
70	405733	ACENDEDOR	Acendedor - automático, uso em fogão, estrutura em alumínio resistente.	500	Unidade	R\$ 10,72	R\$ 5.360,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)							R\$ 1.571.375,00
um milhão, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais							

7.3. Preço Estimado da Contratação: O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 1.571.375,00 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais)**. Este valor foi calculado com base nas especificações técnicas dos produtos requeridos, a partir da média dos preços de mercado atualizados e considerando as peculiaridades do Município de Paulo Ramos;

7.4. Detalhes Adicionais:

7.4.1. Fontes de Pesquisa de Preços: Para garantir precisão e transparência, a pesquisa de preços foi baseada em diversas fontes, incluindo bancos de dados de preços públicos e plataformas de cotação online. Essas fontes incluem, mas não se limitam a sites oficiais de preços governamentais e relatórios de mercado setoriais;

7.4.2. Considerações sobre Economia de Escala: A análise inclui a consideração de

possíveis descontos ou condições comerciais mais favoráveis decorrentes da aquisição de grandes volumes. A possibilidade de economia de escala foi avaliada para determinar se poderia resultar em uma redução significativa dos custos;

7.4.3. Variações Regionais de Preços: Foram levadas em conta as particularidades regionais que podem afetar os preços, como custos adicionais de transporte e a disponibilidade de fornecedores locais. Tais fatores podem influenciar tanto o custo final quanto o prazo de entrega dos produtos;

7.4.4. Atualização dos Preços: Reconhecendo que os preços de mercado podem variar ao longo do tempo, é essencial que os valores estimados sejam revisados e atualizados conforme necessário. A Lei Federal n.º 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, permite a realização de aditivos contratuais para ajustes nos valores contratados, caso haja variações significativas nos preços dos produtos e serviços, decorrentes de fatores econômicos imprevisíveis ou alterações substanciais nas condições de mercado. Assim, as estimativas de preços serão reavaliadas periodicamente, considerando as novas informações de mercado e cotações atualizadas. Essa prática visa garantir que o valor estimado reflita com precisão as condições de mercado no momento da contratação e assegure a adequação dos contratos aos valores praticados. Eventuais ajustes contratuais serão realizados conforme previsto na legislação, garantindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, conforme o disposto nos artigos pertinentes da Lei de Licitações.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a aquisição de utensílios domésticos, considerando que a contratação pretendida é autônoma e atende de forma independente às demandas operacionais das Secretarias Municipais. Todas as especificações e condições necessárias para a entrega e utilização dos itens serão contempladas no escopo desta contratação, eliminando a dependência de outras aquisições ou serviços complementares.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

9.1. A produção de utensílios domésticos envolve o uso de diversos recursos naturais, como água, energia e matéria-prima, cujos processos de extração e fabricação podem impactar negativamente o meio ambiente. A demanda crescente por esses itens pode resultar em exploração excessiva de recursos naturais, afetando ecossistemas frágeis e contribuindo para a degradação ambiental.

O processo produtivo, incluindo o transporte dos utensílios, pode gerar emissões de gases de efeito estufa, principalmente devido ao consumo de energia elétrica e

combustíveis fósseis. Essas emissões contribuem para o aquecimento global e a aceleração das mudanças climáticas.

Além disso, a fabricação e descarte de utensílios domésticos geram resíduos sólidos, como embalagens, aparas e utensílios obsoletos. Quando esses resíduos são inadequadamente tratados, podem resultar em poluição do solo, água e ar, comprometendo a qualidade ambiental e prejudicando a saúde pública. A extração de matéria-prima necessária para a produção também pode afetar habitats naturais e ecossistemas, colocando em risco a biodiversidade local.

A utilização de produtos químicos durante a produção pode resultar em contaminação ambiental, afetando a fauna e a flora circundante. O uso intensivo de água e energia nas fábricas, além de representar uma pressão sobre os recursos naturais, contribui para a crescente demanda por fontes de energia não renováveis.

Para mitigar esses impactos ambientais, é fundamental adotar práticas de compra sustentável. Isso inclui a priorização de utensílios fabricados com materiais reciclados ou provenientes de fontes renováveis e sustentáveis. A escolha de fornecedores comprometidos com práticas ambientais responsáveis e a implementação de estratégias de redução de resíduos e economia de recursos ao longo do ciclo de vida dos produtos são essenciais. Optar por utensílios duráveis e de alta qualidade também contribui para a diminuição da frequência de reposições, reduzindo, assim, o impacto ambiental ao longo do tempo e promovendo a sustentabilidade no consumo de recursos.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A aquisição de utensílios domésticos para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Paulo Ramos está em total consonância com o Planejamento Estratégico do município. A contratação foi planejada de acordo com as diretrizes do planejamento orçamentário vigente, alinhando-se às necessidades operacionais das unidades administrativas e garantindo a otimização dos recursos públicos. Este processo de compra atende à estratégia de melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, proporcionando aos servidores e usuários melhores condições de trabalho e atendimento. Ao ser integrado ao plano orçamentário do exercício, o planejamento assegura que os recursos destinados à aquisição de utensílios sejam aplicados de maneira eficiente e dentro dos limites financeiros previstos, atendendo à demanda sem comprometer o equilíbrio fiscal.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após análise detalhada das necessidades apresentadas, conclui-se que a aquisição de utensílios domésticos é indispensável para garantir a continuidade e a eficiência das atividades institucionais. Os itens solicitados foram devidamente justificados com base em necessidades operacionais reais, como a substituição de materiais desgastados, a

adequação a normas regulatórias ou a expansão de atividades, garantindo o pleno funcionamento das unidades administrativas. A contratação está, portanto, em total consonância com o interesse público e alinhada aos objetivos estratégicos da gestão municipal.

Em relação à razoabilidade dos custos, a pesquisa de mercado realizada confirma que os preços dos itens estão em conformidade com a média praticada no mercado, respeitando o princípio da economicidade. As especificações técnicas dos produtos foram cuidadosamente definidas para atender às reais necessidades, evitando aquisições desnecessárias ou inadequadas. Além disso, foi dado enfoque em critérios de sustentabilidade, priorizando a compra de materiais duráveis e com menor impacto ambiental, sempre que viável.

Por fim, a contratação é viável e está em estrita conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, que regula as contratações públicas. O planejamento foi conduzido de maneira criteriosa, visando à competitividade entre os fornecedores e assegurando a transparência de todo o processo. Em razão disso, considera-se que a contratação é plenamente viável e razoável, recomendando-se a continuidade do processo para atender às demandas institucionais de forma eficiente, econômica e sustentável.

12. JUSTIFICATIVA PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 12.1. Contextualização:** Com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), o Município de Paulo Ramos busca atualizar e adequar seus processos de contratação pública às novas diretrizes estabelecidas. A adoção da Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição de utensílios domésticos surge como uma alternativa viável e alinhada às exigências legais, proporcionando maior eficiência e transparência nos procedimentos licitatórios;
- 12.2. Adesão à Modernização dos Processos:** A nova legislação visa modernizar e simplificar os procedimentos de licitação, garantindo maior celeridade e eficácia na contratação de bens e serviços pelos órgãos públicos. A utilização da ARP para a aquisição de utensílios domésticos é uma medida que se harmoniza com esse objetivo, pois permite a aquisição desses produtos de forma ágil, flexível e transparente, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.
- 12.3. Flexibilidade e Agilidade na Contratação:** A ARP possibilita ao município firmar contratos com fornecedores pré-selecionados por meio de uma única licitação, reduzindo trâmites burocráticos e acelerando o processo para a aquisição de utensílios domésticos. Isso permite uma resposta mais rápida e eficiente às demandas da administração pública, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.
- 12.4. Economia de Recursos Públicos:** A consolidação de contratos por meio da ARP permite ao município obter melhores condições comerciais com os fornecedores. A

previsibilidade de demanda e a compra em maior volume frequentemente resultam em preços mais competitivos para a aquisição de utensílios domésticos. Dessa forma, é possível alcançar economias significativas e otimizar a aplicação dos recursos públicos, promovendo maior eficiência na gestão financeira.

12.5. Garantia de Transparência e Controle: A elaboração e utilização da ARP para a aquisição de utensílios domésticos são fundamentadas em critérios transparentes e objetivos, garantindo a lisura e legalidade do processo licitatório. A publicidade dos preços registrados e a possibilidade de adesão de outros órgãos públicos promovem a fiscalização e o controle social sobre as contratações realizadas pelo município.

12.6. Conclusão: Diante do exposto, a elaboração de uma Ata de Registro de Preços conforme a Nova Lei de Licitações se apresenta como uma medida coerente com as diretrizes da legislação vigente. Esse instrumento possibilita ao município alcançar maior eficiência na aquisição de utensílios domésticos, promovendo economia, transparência e controle na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública e com as exigências da nova legislação.

13. ÓRGÃO REQUISITANTE

- 13.1.** Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Paulo Ramos/MA;
- 13.2.** Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paulo Ramos/MA;
- 13.3.** Secretaria Municipal de Educação do Município de Paulo Ramos/MA;
- 13.4.** Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paulo Ramos/MA

Paulo Ramos (MA), 02 de junho de 2025.

Atenciosamente,

VALDENIR CAMELO DE SOUSA
Coordenador da Equipe de Planejamento
Portaria n.º 02/2025

JOSIVALDO MENDES DA SILVA
Membro da Equipe de Planejamento
Portaria n.º 02/2025

ANA BEATRIZ MENDES SILVA
Membro da Equipe de Planejamento
Portaria n.º 02/2025

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Este Termo de Referência estabelece o Registro de Preço para contratação de empresa para a realização de fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.2. A contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), com o objetivo de possibilitar a aquisição futura e parcelada dos serviços necessários para a Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, conforme quantidades e especificações estabelecidas neste documento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO

2.1. A presente contratação tem por objetivo viabilizar o fornecimento de utensílios domésticos diversos, destinados às necessidades operacionais e de apoio das Secretarias Municipais do município de Paulo Ramos – MA. Tais itens são essenciais ao bom funcionamento das atividades administrativas e de serviços públicos, notadamente nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Administração, entre outras, que frequentemente necessitam de utensílios básicos como baldes, bacias, garrafas térmicas, panelas, copos, talheres, pratos, caixas organizadoras, lixeiras, entre outros materiais indispensáveis para o dia a dia das unidades administrativas e dos equipamentos públicos.

2.2. A utilização desses utensílios está diretamente relacionada à execução de serviços essenciais à população, tais como o preparo e a distribuição de refeições em escolas e unidades de saúde, organização e limpeza de espaços públicos, atendimento em ações sociais, e suporte em eventos institucionais e campanhas promovidas pela gestão municipal. Assim, o fornecimento contínuo e padronizado desses materiais contribui significativamente para garantir a eficiência, a higiene, a organização e a qualidade dos serviços públicos prestados.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela necessidade de atender demandas frequentes e com variações de consumo ao longo do tempo, respeitando os limites orçamentários e promovendo maior economicidade e planejamento das aquisições. Por meio do registro, a Administração poderá realizar contratações conforme a real necessidade de consumo de cada secretaria, evitando desperdícios, reduzindo custos com armazenagem e garantindo maior agilidade no atendimento das demandas públicas.

2.4. Além disso, o SRP permite maior competitividade entre os fornecedores, resultando em melhores condições comerciais para o município, bem como proporciona segurança jurídica e transparência ao processo de aquisição. A padronização dos utensílios também facilita o controle e o uso racional dos recursos públicos.

2.5. Dessa forma, a contratação ora proposta revela-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, sendo indispensável para o apoio logístico e funcional das secretarias municipais, refletindo diretamente na qualidade da prestação dos serviços à população de Paulo Ramos – MA.

3. DO OBJETO E VALORES ESTIMADOS

3.1. Discriminação do objeto:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
AMPLA CONCORRÊNCIA						
1	KIT MERENDA PRATO, COPO E COLHER	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato, 1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.	5625	Kits	R\$ 14,91	R\$ 83.868,75
RESERVADOS PARA ME E EPP						
2	KIT MERENDA PRATO, COPO E COLHER	Kit Merenda Prato, Copo e Colher - material em polipropileno, contendo 1 prato, 1 copo de 300ml com alça e 1 colher de 15cm.	1875	Kits	R\$ 14,91	R\$ 27.956,25
EXCLUSIVOS PARA ME E EPP						
3	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA	Abridor de Latas e Garrafa - material em aço inox, medindo 9cm, abridor manual.	500	Unidade	R\$ 17,57	R\$ 8.785,00
4	ACENDEDOR	Acendedor - automático, uso em fogão, estrutura em alumínio resistente.	500	Unidade	R\$ 10,72	R\$ 5.360,00
5	AÇUCAREIRO	Açucareiro -Material em aço inoxidável, capacidade de 300g, com tampa, com pá para açúcar, formato oval.	700	Unidade	R\$ 49,39	R\$ 34.573,00
6	AVENTAL DE NAPA	Avental de Napa - material em 100% PVC (frente), 50% poliéster e 50% algodão (verso), medindo 1,40m, cor branca.	700	Unidade	R\$ 11,20	R\$ 7.840,00
7	AVENTAL EM PVC	Avental em PVC -material em PVC cloreto de polivinila, modelo forrado, impermeável, cor branca, medindo 120cm, largura: 70cm, com tiras de amarrar fixas.	1000	Unidade	R\$ 16,90	R\$ 16.900,00
8	BACIA ALUMÍNIO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	500	Unidade	R\$ 40,99	R\$ 20.495,00
9	BACIA ALUMÍNIO 50 CM DE DIÂMETRO	Bacia 50cm de Diâmetro - material em alumínio, funda, redonda.	300	Unidade	R\$ 43,13	R\$ 12.939,00

10	BACIA DE PLÁSTICO 40 CM DE DIÂMETRO	Bacia 40cm de Diâmetro - material plástico, tamanho médio, funda, redonda, na cor branca.	500	Unidade	R\$ 18,49	R\$ 9.245,00
11	BACIA DE PLÁSTICO 55 CM DE DIÂMETRO	Bacia 55cm de Diâmetro - material plástico, 55cm de diâmetro, capacidade de 27,50L, na cor branca.	500	Unidade	R\$ 25,17	R\$ 12.585,00
12	BALDE PLÁSTICO 12 LITROS	Balde Plástico 12 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 12L, na cor preta.	1000	Unidade	R\$ 18,00	R\$ 18.000,00
13	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS	Balde Plástico 15 Litros - Material em plástico, tamanho médio, material alça em arame galvanizado, capacidade de 15L, na cor preta.	1000	Unidade	R\$ 22,95	R\$ 22.950,00
14	BANDEJA PLÁSTICA	Bandeja Plástica - medidas aproximadas: 40cm x 30cm (CxL), na cor branca utilidade: para servir.	1200	Unidade	R\$ 38,46	R\$ 46.152,00
15	BATEDOR MANUAL	Batedor Manual - Material em aço inoxidável, tipo flexível, medindo 30cm, para cozinha, formato: pêra.	800	Unidade	R\$ 33,25	R\$ 26.600,00
16	CAÇAROLA COMUM 41L	Caçarola Comum 41L - material em alumínio grosso fundido, n.º 50, com tampa.	100	Unidade	R\$ 334,83	R\$ 33.483,00
17	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 03 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 03 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 3L, comprimento de 180mm, largura de 300mm, altura de 170mm.	500	Unidade	R\$ 8,03	R\$ 4.015,00
18	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 12 LITROS	Caixa Térmica de Isopor 12 Litros - embalagem Isopor, caixa térmica, capacidade de 12L, comprimento de 340mm, largura de 230mm, altura de 305mm, espessura de 23mm, com tampa.	500	Unidade	R\$ 23,63	R\$ 11.815,00
19	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 37 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 37 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, capacidade de 37L, comprimento de 460mm, largura de 365mm, altura de 384mm, espessura de 29mm, com tampa.	500	Unidade	R\$ 48,22	R\$ 24.110,00
20	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR 60 LITROS	Caixa Térmica De Isopor 60 Litros - embalagem Isopor - caixa térmica, altura de 280mm, capacidade de 60L, comprimento de 743mm, espessura de 50mm, largura de 560mm, com tampa.	300	Unidade	R\$ 81,91	R\$ 24.573,00
21	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 06 LITROS	Caixa Térmica Plástica 06 Litros - material em polietileno, comprimento de 42cm, largura de 30cm, altura de 7cm, com alça fixa e botão de travamento, com tampa, capacidade de 6L.	500	Unidade	R\$ 15,13	R\$ 7.565,00
22	CAIXA TÉRMICA PLÁSTICA 12 LITROS	Caixa Térmica Plástica 12 Litros - material de polipropileno, capacidade de 12L, com alça e tampa, tamanho cerca de 40x25x26cm.	400	Unidade	R\$ 66,03	R\$ 26.412,00

23	CESTO PARA LIXO 20 LITROS	Cesto Para Lixo 20 Litros - com tampa, material em plástico reforçado, pedal, medidas aproximadas: 41,5cm (altura) x 38cm (largura) X 31cm (profundidade).	600	Unidade	R\$ 50,13	R\$ 30.078,00
24	CESTO PARA LIXO 40 LITROS	Cesto Grande 40 Litros - material em plástico, com tampa, pedal, para lixo, capacidade de 40L, medidas aproximadas: 3cm x 33cm x 44cm (LxCxA).	400	Unidade	R\$ 70,60	R\$ 28.240,00
25	CHAIRA LISO	Chaira Lisa - aço Carbono 12" polegadas profissional, Dimensões 4x5,5x44,5cm.	700	Unidade	R\$ 51,40	R\$ 35.980,00
26	COADOR PARA CAFÉ	Coador Para Café - material pano branco, com cabo de madeira, diâmetro aproximado de 13cm, profundidade 19cm, capacidade de 2L.	1000	Unidade	R\$ 15,08	R\$ 15.080,00
27	COLHER DE SERVIR ARROZ	Colher de Servir Arroz - material em aço inox, medida aproximada de 33cm, tamanho grande, tipo arroz.	2800	Unidade	R\$ 28,13	R\$ 78.764,00
28	COLHER DE SOBREMESA	Colher de Sobremesa - material em aço inox, tamanho médio, tipo sobremesa, medidas aproximadas de 10cm.	2800	Unidade	R\$ 4,74	R\$ 13.272,00
29	COLHER DE SOPA	Colher de Sopa - material em inox, cabo em polipropileno, tamanho grande, tipo sopa.	4000	Pacote	R\$ 4,27	R\$ 17.080,00
30	CONCHA GRANDE	Concha Grande - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 33cm.	1000	Unidade	R\$ 31,70	R\$ 31.700,00
31	CONCHA MÉDIA	Concha Média - cabo polipropileno, cor preta, corpo da concha aço inoxidável, medidas aproximadas de 30cm.	1000	Unidade	R\$ 24,13	R\$ 24.130,00
32	CONJUNTO DE PANEAS	Conjunto de panelas - material alumínio com revestimento interno antiaderente e cabos em baquelite, contendo 7 peças e com as seguintes medidas aproximadas, 1 caçarola de 20cm com 2,8L, 1 caçarola de 22cm com 3,7 L, 1 panela de 16cm com 1,4 L, 1 Panela de 18cm com 2,0 L, 1 Fervedor de 14cm com 1,8L, 1 frigideira de 20cm, 1 frigideira reta de 22cm.	100	Conjunto	R\$ 353,94	R\$ 35.394,00
33	CONJUNTO DE TALHERES 42 PEÇAS	Conjunto de Talheres 42 Peças - inteiramente em material de aço inox, designer liso contendo 06 Colheres de mesa, 06 Garfos de mesa, 06 Facas de churrasco, 06 Colheres de sobremesa, 06 Garfos de sobremesa, 06 Facas de sobremesa e 06 Colheres de chá.	100	Conjunto	R\$ 163,90	R\$ 16.390,00
34	CONJUNTO DE XÍCARAS	Conjunto de Xícaras - para café material vidro, com 12 peças cor branca com capacidade mínima de 75 ml, sendo 6 xícaras e 6 pires, Medidas: Xícara com no mínimo 5cm e Pires com no mínimo 11cm.	300	Conjunto	R\$ 86,63	R\$ 25.989,00
35	COPO DE PLÁSTICO TIPO	Copo de Plástico Tipo Caneca - material polipropileno, com alça, tipo merenda	7500	Unidade	R\$ 3,60	R\$ 27.000,00

	CANECA	escolar, capacidade de medida 300ml, cor variada.				
36	COPO DE VIDRO 300 ml	Copo vidro 300MI - material em vidro, liso, para água e suco 300ml, cor transparente, conjunto com 6 unidades.	800	Conjunto	R\$ 41,35	R\$ 33.080,00
37	COPO DE VIDRO 400 ml	Copo de Vidro 400ml - capacidade mínima de 400 ml, reutilizável, liso, transparente. Conjunto com 6 unidades.	500	Conjunto	R\$ 46,65	R\$ 23.325,00
38	CUSCUZEIRA	Cuscuzeira - capacidade mínima de 2 litros, em alumínio.	500	Unidade	R\$ 35,33	R\$ 17.665,00
39	DESINTUPIDOR DE PIA	Desentupidor de Pia - cabo plástico, formato sanfonada, material em borracha resistente, na cor preta, medindo 20cm.	300	Unidade	R\$ 15,90	R\$ 4.770,00
40	ESCORREDOR DE COPOS	Escorredor de Pratos - sobre pia em material de plástico; resistente e durável.	500	Unidade	R\$ 33,66	R\$ 16.830,00
41	ESCORREDOR DE MACARRÃO	Escorredor de Macarrão - características: material de alumínio, diâmetro 50 cm capacidade 21 litros com alça, Dimensão da Boca: 51x51 cm, Altura: 32 cm, Largura: 51 cm, Profundidade: 59 cm.	100	Unidade	R\$ 141,93	R\$ 14.193,00
42	ESCUMADEIRA	Escumadeira - material em inox, medindo aproximadamente 35cm.	500	Unidade	R\$ 37,56	R\$ 18.780,00
43	ESPRESSADOR DE LIMÃO	Espremedor Fruta - material jarra em aço inoxidável, aplicação em limão, estrutura reforçada, acionamento manual, 7cm de diâmetro.	500	Unidade	R\$ 34,88	R\$ 17.440,00
44	FACA DE MESA	Faca de Mesa - com cabo em polipropileno, corpo da faca em aço inoxidável.	4000	Unidade	R\$ 4,97	R\$ 19.880,00
45	FACA LÂMINA 06	Faca Lâmina 06 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 06, aplicação cortar carne.	600	Unidade	R\$ 14,91	R\$ 8.946,00
46	FACA LÂMINA 07	Faca Lâmina 07 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 07, aplicação cortar carne.	800	Unidade	R\$ 47,96	R\$ 38.368,00
47	FACA LÂMINA 08	Faca Lâmina 08 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 08, aplicação cortar carne.	500	Unidade	R\$ 35,26	R\$ 17.630,00
48	FACA LÂMINA 10	Faca Lâmina 10 - material lâmina em aço inoxidável, cabo em polipropileno na cor branco, tamanho 10, aplicação cortar carne.	300	Unidade	R\$ 56,63	R\$ 16.989,00
49	FRIGIDEIRA COM TAMPA 25 CM	Frigideira Com Tampa 25cm - material em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 25cm de diâmetro.	300	Unidade	R\$ 96,38	R\$ 28.914,00
50	FRIGIDEIRA COM	Frigideira Com Tampa 36cm - material	200	Unidade	R\$ 113,23	R\$ 22.646,00

	TAMPA 36CM	em alumínio 100% puro, cabo em ferro fundido, antitérmico, medindo aproximadamente 36cm de diâmetro.				
51	GARFO DE MESA	Garfo de Mesa - material do cabo em polipropileno, corpo garfo aço inoxidável.	2400	Unidade	R\$ 4,72	R\$ 11.328,00
52	GARRAFA TÉRMICA 12 L	Garrafa Térmica - material em plástico revestido com fibra, capacidade de 12L, com uma torneira.	200	Unidade	R\$ 166,52	R\$ 33.304,00
53	GARRAFA TÉRMICA 1L	Garrafa Térmica 1L - material interno em aço inoxidável, externo em material plástico, parede dupla e sistema a vácuo em seu interior, para café.	200	Unidade	R\$ 84,80	R\$ 16.960,00
54	JARRA DE VIDRO 1,5L	Jarra de Vidro 1,5L - material em vidro, com tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1,5L.	400	Unidade	R\$ 33,35	R\$ 13.340,00
55	JARRA DE VIDRO 1L	Jarra de Vidro 1L - material em vidro, sem tampa, com alça, cor transparente, capacidade de 1L.	500	Unidade	R\$ 36,38	R\$ 18.190,00
56	LEITEIRA	Leiteira - material em alumínio, capacidade de 4 litros.	200	Unidade	R\$ 61,63	R\$ 12.326,00
57	ORGANIZADOR DE PIA	Organizador de Pia - com duas divisões para detergente e esponja; em material plástico; cor branco; dimensões 16 (A) x 8(L) x 5(C)cm.	500	Unidade	R\$ 14,36	R\$ 7.180,00
58	PALITEIRO	Paliteiro - material em aço inox, contendo tampa, no formato cilíndrico, medindo aproximadamente 8cm.	500	Unidade	R\$ 12,17	R\$ 6.085,00
59	PANELA DE ALUMÍNIO 20L	Panela de Alumínio 20L - caçarola reta, material alumínio nº 38, capacidade para 20 litros, dimensões aproximadas de altura de 18cm; diâmetro da boca de 38cm; espessura de 2mm.	100	Unidade	R\$ 184,76	R\$ 18.476,00
60	PANELA DE PRESSÃO 15L	Panela de Pressão 15L - material em alumínio reforçado, cabo em material plástico duro, tampa com fechamento externo capacidade 15 litros, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade	R\$ 334,31	R\$ 33.431,00
61	PANELA DE PRESSÃO 4,5L	Panela de Pressão 4,5L - material em alumínio reforçado com tampa fechamento externo cabo plástico duro, capacidade 4,5L, utilidade cozimento de carnes e grãos.	100	Unidade	R\$ 109,83	R\$ 10.983,00
62	PEGADOR DE SALADA	Pegador de Salada - material em aço inox resistente, com 2 pás, medidas aproximadas de 28cm de comprimento e 6cm de largura.	500	Unidade	R\$ 25,20	R\$ 12.600,00
63	PENEIRA GRANDE	Peneira Grande - com cabo, aro e tela em material aço inox resistente, medindo aproximadamente 24cm de diâmetro.	1000	Unidade	R\$ 47,96	R\$ 47.960,00
64	PORTA BISCOITO	Porta biscoito - material em vidro, formato redondo, transparente, com	1000	Unidade	R\$ 29,99	R\$ 29.990,00

		tampa, capacidade aproximada de 1 Litro.				
65	PORTA SABONETE	Porta Sabonete - material em plástico, com válvula dosadora, frasco de 500ml.	800	Unidade	R\$ 15,00	R\$ 12.000,00
66	PORTA TALHERES	Porta Talheres - material em plástico, com tampa, contendo 5 divisões, dimensões aproximadas de 4,5x30x26,4cm.	800	Unidade	R\$ 31,78	R\$ 25.424,00
67	POTE PLÁSTICO	Pote Plástico - material em plástico, formato redondo, com tampa, atóxico, capacidade 3L.	800	Unidade	R\$ 15,70	R\$ 12.560,00
68	PRATO DE VIDRO	Prato de Vidro - material em vidro, tipo fundo, transparente, medindo aproximadamente 22cm de diâmetro.	1000	Unidade	R\$ 12,11	R\$ 12.110,00
69	RALADOR DE VERDURAS	Ralador de Verduras - material em aço inox, resistente, com 4 faces e 4 funções, com lâminas que permitam o corte preciso do alimento. Base com 19cm de comprimento e 8cm de largura e cabo de baquelite branco ou em inox com 7cm de altura.	900	Unidade	R\$ 31,40	R\$ 28.260,00
70	SALEIRO	Saleiro - material em vidro, utilizado em mesa, medindo aproximadamente 4X4X10Cm.	700	Unidade	R\$ 16,73	R\$ 11.711,00
71	TÁBUA PARA CORTE DE CARNE	Tábua Para Corte de Carne - material em plástico, cor branca, espessura: 0,5cm, largura: 27cm, comprimento 40cm, utilidade: preparo e cortes de carnes.	900	Unidade	R\$ 35,98	R\$ 32.382,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						R\$ 1.571.375,00
um milhão, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais						

3.2. Considerando a pesquisa de preços, o valor estimativo da licitação é de **R\$ 1.571.375,00 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

3.2.1. Os valores estimados servirão apenas de subsídios às empresas licitantes para formulação de suas propostas, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o Município de Paulo Ramos/MA.

3.3. O valor unitário descrito no quadro acima é o valor máximo em que o Município se limita a pagar. Nenhuma proposta poderá ter seus valores superiores a estes valores, sob pena de desclassificação da proposta;

3.4. A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 123/2006, não aplicará o disposto no item acima, quando:

3.4.1. Não houver um mínimo de 3 (três) empresas competitivas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no

instrumento convocatório; e

3.4.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.5. Demais especificações do objeto podem ser obtidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP;

3.6. As quantidades acima representam apenas estimativas efetuadas pelo Município, o qual não estará obrigado a consumir as referidas quantidades, podendo demandar quantidades menores, sem que a licitante vencedora detentora do Contrato possa pleitear qualquer custo.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, conforme previsão do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que devidamente justificado pela Administração Pública, mediante razões de interesse público, continuidade do serviço e vantajosidade da prorrogação em relação à realização de nova licitação.

5. FONTE DE RECURSOS

5.1. Os recursos orçamentários destinados à contratação decorrem da dotação da Secretaria Municipal de Educação, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), vinculados às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o disposto no art. 70 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).

5.2. Tais despesas são consideradas elegíveis para financiamento por programas federais e recursos próprios, desde que atendam aos princípios da legalidade, eficiência e vinculação ao ensino, conforme também disposto no art. 212 da Constituição Federal, que impõe a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos objetos será realizado mediante **Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente** emitido pela **Secretaria Requisitante**, contendo todas as informações necessárias para o cumprimento integral do contrato;

6.2. O prazo de entrega dos objetos será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da notificação ou emissão da **Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente**

pela **Secretaria Requisitante**;

- 6.3. Todas as despesas relacionadas à embalagem, seguros, transporte, carga e descarga, tributos, taxas trabalhistas e previdenciárias, decorrentes da entrega dos objetos, serão de total responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 6.4. Os materiais deverão ser entregues com proteção adequada, observando-se normas de segurança no transporte e manuseio, minimizando riscos de danos durante o deslocamento.
- 6.5. Serão aceitos somente os objetos na sua totalidade, conforme especificado na **Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente**;
- 6.6. Os objetos serão sujeitos à liberdade pela **Secretaria Requisitante**, que se reservam o direito de recusar qualquer item que não esteja de acordo com as especificações aplicáveis, como validade, qualidade, ou condições adequadas de armazenamento e transporte;
- 6.7. O recebimento dos produtos será realizado mediante conferência qualitativa e quantitativa por servidor designado, que emitirá termo de recebimento provisório ou definitivo, conforme o caso.
- 6.8. Em caso de não liberalização dos objetos, a **CONTRATADA** será obrigada a retirá-los e substituí-los no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das disposições no contrato;
- 6.9. Os objetos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações determinadas. A inobservância desta condição implicará na recusa dos itens, com a aplicação das deliberações previstas na Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021;
- 6.10. A entrega dos objetos deverá ser realizada na presença do Fiscal do Contrato, designado pela **CONTRATANTE**, que adotará os seguintes procedimentos:

6.10.1. Recebimento PROVISÓRIO:

6.10.1.1. O Fiscal do Contrato receberá os objetos fornecidos para verificação das especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e demais dados pertinentes, com base nos documentos apresentados pela **CONTRATADA** e na proposta contratual. Caso sejam encontradas irregularidades, será estabelecido um prazo para correção, mediante retirada dos produtos. Se aprovados, os itens serão recebidos provisoriamente mediante recibo.

6.10.2. Recebimento DEFINITIVO:

6.10.2.1. Após a coleta provisória, e uma vez verificada a integridade, qualidade e validade dos objetos fornecidos, os itens serão aprovados conforme os termos contratuais e a proposta vencedora, sendo então realizada a coleta definitiva.

- 6.11.** Caso ocorram eventos que impeçam o fornecimento dos objetos dentro do prazo estabelecido, a **CONTRATADA** deverá notificar previamente a **Secretaria Requisitante**, por escrito, informando o motivo do atraso, sua duração voluntária e causas. A **Secretaria Requisitante**, ao receber uma notificação, avaliará a situação e poderá, a suas seleções, prorrogar o prazo previsto;
- 6.12.** Todos os custos relacionados à substituição dos objetos, rejeitados, correrão exclusivamente por conta da **CONTRATADA**;
- 6.13.** Na eventualidade de um dos itens não estar mais disponível no mercado, a **CONTRATADA** deverá substituí-lo por outro de qualidade e concepção igual ou superior, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE**;
- 6.14.** Caso a **CONTRATADA** não solucione uma irregularidade identificada, a **Secretaria Requisitante** documentará os fatos ocorridos e encaminhará à **CONTRATANTE** para aplicação das deliberações cabíveis;
- 6.15.** Se for detectada alguma falha não fornecida que esteja em desconformidade com o contrato, a **CONTRATADA** deverá realizar a substituição dos objetos fornecidos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas;
- 6.16.** Os objetos devem ser entregues no local indicado pela **Secretaria Requisitante**, conforme especificado na **Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente**, e de acordo com as dados e especificações da **Secretaria Requisitante**;
- 6.17.** Todas as demais obrigações deverão estar em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, e outras legislações pertinentes.

7. DAS CONDIÇÕES E GARANTIA

7.1. Condições dos objetos:

- 7.1.1.** Todos os objetos fornecidos estarão sujeitos à inspeção pela **Secretaria Municipal Requisitante**, que se reserva o direito de recusar qualquer item que não esteja em conformidade com as especificações do Termo de Referência, que apresente defeitos, danos ou que estejam fora do prazo de validade;

- 7.1.2.** A garantia concedida pela empresa fornecedora deve cumprir integralmente as obrigações previstas na Lei n.º 8.078, de 09/11/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e suas alterações subsequentes, garantindo a proteção dos direitos do consumidor;
- 7.1.3.** O fornecedor será integralmente responsável pela substituição, troca ou reposição dos objetos entregues fora das especificações, com defeitos, danos ou impróprios para uso, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;
- 7.1.4.** Na substituição de itens defeituosos ou impróprios para uso, a reposição deverá ser feita com objetos de igual ou superior qualidade, mediante aprovação prévia da **CONTRATANTE**, sem custos adicionais para este;
- 7.1.5.** Caso algum dos objetos fornecidos seja descontinuado ou indisponível no mercado durante o período de garantia, a **CONTRATADA** deverá garantir a substituição por itens equivalentes ou superiores, que atendam às mesmas necessidades e especificações, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;
- 7.1.6.** A recusa no recebimento definitivo dos materiais fornecidos não implicará na extensão do prazo de entrega, nem poderá ser utilizada para justificar qualquer atraso no cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.1.7.** A aquisição dos objetos fornecidos pela **CONTRATADA** quanto à qualidade, integridade e conformidade dos itens fornecidos.
- 7.2.** Garantia e Assistência:
- 7.2.1.** Durante o período de fornecimento, qualquer defeito, variação ou inadequação nos objetos deverá ser corrigido pela **CONTRATADA**. Itens defeituosos ou impróprios para uso deverão ser substituídos por novos, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;
- 7.2.2.** A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade e conformidade dos objetos até o final do período contratual, incluindo a validade dos objetos quando aplicável;
- 7.2.3.** A recusa de objetos pela **CONTRATANTE** deverá ser atendida pela **CONTRATADA** em até **24 (vinte e quatro) horas**, com a substituição dos itens rejeitados sem custos adicionais para a **CONTRATANTE**;
- 7.2.4.** O prazo máximo para a substituição dos objetos que não atenderem às especificações ou que forem rejeitados será de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de notificação oficial da **CONTRATANTE**;

7.2.5. Caso esse prazo não seja cumprido, serão aplicadas as penalidades cabíveis, conforme previsto no contrato;

7.2.6. Se a **CONTRATADA** estiver em mora na entrega dos objetos, o prazo de **2 (dois) dias úteis** será considerado para apuração de eventual aplicação de multa por atraso.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério adotado será o de menor preço global por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto demanda a execução de serviços organizados em itens distintos e indivisíveis entre si, com apuração objetiva do valor total proposto.

8.2. Tal critério assegura a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme determina o princípio da eficiência e da supremacia do interesse público, previsto nos arts. 11 e 5º da referida Lei.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. As propostas deverão conter as especificações descritas no objeto mencionado no **item 3** deste Termo de Referência;

9.2. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de "**Menor Preço**", visando à melhor contratação para o Município de Paulo Ramos/MA;

9.3. A Proposta de Preços deverá conter descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos itens cotados, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

9.4. Deverão ser apresentados o preço unitário e o valor total da proposta. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como, por exemplo, transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a execução do objeto deste Termo de Referência;

9.5. O prazo de validade da Proposta de Preço não deverá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da abertura da Sessão Pública;

9.6. A descrição detalhada do objeto deve conter informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, quando aplicável, o modelo, prazo de validade ou garantia;

9.7. Critério de aceitabilidade dos Preços:

- 9.7.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R\$);
- 9.7.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir valor com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (*,xx);
- 9.7.3. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável;
- 9.7.4. O licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeito às penalidades;
- 9.7.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse título, devendo os produtos a serem fornecidos sem quaisquer ônus adicionais.

10. CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE

- 10.1. Licitação com itens **Exclusivos** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e de **Ampla Concorrência**;
- 10.2. A licitação obedecerá ao Art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, observando-se a ressalva de que somente poderão participar as **Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme estabelece a Lei Complementar n.º 126/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014, em seu artigo 48º, inciso III. Em não havendo o interesse de participação nesses itens, de, no mínimo, 03 (três), **Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, será admitida a participação de outras empresas, aplicando-se, outrossim, os critérios de desempate previsto para as **Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, pelas LC's 123/2006 e 147/2014.

11. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O SERVIÇO DO OBJETO

- 11.1. Os participantes da contratação para o referido escopo apresentarão as seguintes condições dos documentos comprobatórios de sua habilitação e qualificação:

11.1.1. Para Habilitação Jurídica

- 11.1.1.1. Cédula de identidade do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

- 11.1.1.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- 11.1.1.3.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI; ou
- 11.1.1.4.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas eventuais alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. De acordo com a Lei n.º 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro); ou
- 11.1.1.5.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; ou
- 11.1.1.6.** No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; ou
- 11.1.1.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971; ou
- 11.1.1.8.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. Para Regularidade Fiscal

- 11.1.2.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.1.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de **Contribuinte Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 11.1.2.3.** Para com a **Fazenda Federal**, por meio da **Certidão Negativa**

de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio do licitante;

11.1.2.4. Para com a **Fazenda Estadual**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e **Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;

11.1.2.5. Para com a **Fazenda Municipal**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e **Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio do licitante;

11.1.2.6. **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

11.1.2.7. Para com a **Justiça Trabalhista**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.1.3. Para Qualificação Econômico-Financeira:

11.1.3.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida por Cartório de Distribuição da Sede da licitante, expedida nos últimos **60 (sessenta) dias** que anteceder a abertura da licitação; e

11.1.3.2. Balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a real situação financeira da empresa, vedada a sua substituição, por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, por

índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Na hipótese de atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante terá que, obrigatoriamente, apresentar documento que altere o mesmo, devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial.

11.1.4. Para Qualificação Técnica:

11.1.4.1. A empresa deverá comprovar que sua atividade é compatível com as características do objeto da licitação.

11.1.4.2. Desclassificação por incompatibilidade de atividade: Serão desclassificadas as empresas que não comprovarem o exercício de atividades compatíveis com o objeto da licitação.

12. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

12.1. Sugere a modalidade **Pregão Eletrônico**, com elaboração de **Ata de Registro de Preços** com validade de **12 (doze) meses**.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Definição do Sistema de Registro de Preços (SRP) como um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras da Administração Pública;

13.2. Descrição da Ata de Registro de Preços (ARP) como um documento vinculativo e obrigacional que registra preços, fornecedores, órgão participante e condições para futura contratação, conforme as disposições do instrumento convocatório e propostas apresentadas;

13.3. Descrição do Órgão Gerenciador: Órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços – ARP;

13.4. Descrição do Órgão Participante: É todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços – ARP;

13.5. Definição de Órgão Não Participante como órgão ou entidade que não participou dos procedimentos iniciais da licitação, mas que pode aderir à ARP conforme normas vigentes;

13.6. Permissão para que os licitantes, após o encerramento da etapa competitiva, possam

reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;

- 13.7.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
- 13.8.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva;
- 13.9.** Serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- 13.10.** Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos;
- 13.11.** Introdução da formação de Cadastro de Reserva para casos em que o primeiro colocado da ARP não possa atender às condições previstas, conforme estipulado no Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;
- 13.12.** Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 10.9**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
- 13.13.** A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizado caso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Art. 105, § 3º e § 6º do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;
- 13.14.** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 10.11** será efetuada, quando convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no Art. 105, § 3º, § 6º e § 7º do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;
- 13.15.** O anexo que trata o **item 10.10** consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterà a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame;
- 13.16.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar com o vencedor do certame do Sistema de Registro de Preços – SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do serviço em igualdade de condições;

13.17. Do Cadastro Reserva, conforme Art. 105 do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023:

13.17.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;

13.17.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

13.17.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva;

13.17.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações.

13.18. Regras para a adesão à ARP por órgãos ou entidades que não participaram do certame, com limitações e condições específicas, incluindo a necessidade de anuência do órgão gerenciador e respeito às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023:

13.18.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, e no Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;

13.18.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

13.18.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, conforme Art. 111º, § 1º, do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;

13.18.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços

para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme Art. 111º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;

- 13.18.5.** Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34º da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 – Plenário);
- 13.18.6.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.;
- 13.18.7.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, conforme Art. 111º do Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023;
- 13.18.8.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante;
- 13.18.9.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a liberação da adesão dos itens do(s) licitante(s) pertencente(s) ao Cadastro de Reserva, conforme ordem de classificação do(s) licitante(s) registrado(s), conforme Decreto Municipal n.º 031, de 14 de novembro de 2023.
- 13.19.** As contratações obedecerão à conveniência e às necessidades do Município de Paulo Ramos/MA;
- 13.20.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de Contrato Administrativo;
- 13.21.** Quando o contrato for substituído pelos instrumentos hábeis acima, o adjudicatário deverá obedecer a todas as condições e determinações do Edital e Anexos, inclusive as especificadas no Termo de Referência;

13.22. Os licitantes que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital;

13.23. Os preços registrados poderão ser cancelados nos termos estabelecidos na Ata de Registro de Preços – ARP e neste Edital.

14. DO CATÁLOGO E/OU DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PERTINENTE

14.1. Caso necessário, será solicitada a apresentação de catálogos e/ou documentação técnica.

15. VISTORIA TÉCNICA

15.1. Caso necessário, será solicitada a vistoria técnica.

16. DA ADJUDICAÇÃO

16.1. Adjudicação por item.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, a serem devidamente classificadas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora ou por outros instrumentos hábeis;

17.2. A dotação orçamentária para a inscrição do objeto será em conformidade com cada solicitação de contratação.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O contrato a ser firmado com o **CONTRATADO** terá vigência de acordo com cada solicitação de contratação especificada no presente contrato, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços – AR.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A existência desta Ata de Registro de Preços – ARP não obriga a Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA a efetivar as contratações na quantidade estimada, ficando facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações. É assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de serviço em igualdade de condições.

19.2. A contratação com a(s) empresa(s) detentora(s) do(s) objeto(s)/serviço(s) ora registrado(s), após indicação pela Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, será formalizada por intermédio de **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, observando-se o que segue:

19.2.1. Fica reservado à Administração o direito de substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, como **CARTA CONTRATO, NOTA DE EMPENHO DE DESPESA ou AUTORIZAÇÃO DE COMPRA**, conforme preceitua o artigo 95 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021.

19.2.1.1. A todas as cláusulas constantes na minuta do contrato, parte integrante do edital, bem como a esta Ata de Registro de Preços – ARP e à proposta de preços da empresa vencedora vinculam-se os outros instrumentos hábeis mencionados no item acima, independentemente de transcrição.

19.3. O(s) contrato(s) ou outros instrumentos hábeis decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços – ARP poderá(ão) ser celebrado(s) a qualquer tempo durante a vigência da mesma.

19.4. O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas no edital, estará vinculado integralmente a este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste edital e seus anexos.

19.4.1. Em conformidade com o Art. 90 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, a Administração convocará a empresa detentora da Ata de Registro de Preços para assinatura do termo de contrato, o qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação;

19.4.2. O prazo de convocação estipulado no subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.5. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, mediante as devidas justificativas.

19.6. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, caso a **CONTRATADA** deixe de cumprir com quaisquer das Cláusulas do Contrato, ficando sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, e no edital desta licitação;

19.7. Aplicar-se-á ao contrato firmado os mandamentos da Lei Federal n.º 14.133, de abril

de 2021, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

- 19.8.** Os termos do contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste instrumento e de seus anexos e ao conteúdo da proposta do vencedor;
- 19.9.** O adjudicatário, ao ser regularmente convocado para assinar o instrumento contratual, deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à realização do serviço;
- 19.10.** Para assinar o contrato, o adjudicatário deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame;
- 19.11.** Caso o adjudicatário se recuse injustificadamente a assinar o instrumento contratual, ou caso não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, serão convocados os demais classificados, seguindo a ordem de classificação, para celebrar o contrato, observando-se as prescrições deste Termo, referentes à aceitabilidade do objeto e do preço, bem como à habilitação, devendo estes, da mesma forma, comprovar situação regular no ato da assinatura do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Compete à CONTRATANTE:

- 20.1.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
- 20.1.2.** Exercer a fiscalização da execução do objeto, por servidor ou comissão especialmente designada pela **Secretaria Requisitante**;
- 20.1.3.** Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que a **CONTRATADA** executar fora das especificações do Edital;
- 20.1.4.** Comunicar à **CONTRATADA**, após a apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento do(s) objeto(s) adquirido(s);
- 20.1.5.** Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do serviço, fixando prazo para a sua correção;
- 20.1.6.** Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora;
- 20.1.7.** Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa proceder à execução do objeto dentro do estabelecido neste Termo de

Referência;

- 20.1.8. Devolver todo e qualquer objeto que estiver fora das especificações supracitadas e solicitar expressamente sua substituição;
- 20.1.9. Aplicar à licitante vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;
- 20.1.10. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares do(s) serviço(s) do(s) objeto(s) ora licitado(s);
- 20.1.11. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas deste Termo de Referência;
- 20.1.12. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- 20.1.13. Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do(s) objeto(s), determinando o necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- 20.1.14. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com o estabelecido no Contrato;
- 20.1.15. Efetuar a fiscalização da execução do objeto nos termos do Art. 117 da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021.
- 20.1.16. Assegurar o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, nos locais onde se fizerem necessários.

20.2. Compete à CONTRATADA:

- 20.2.1. Trocar imediatamente, sem custo adicional para a **CONTRATANTE**, os objetos que forem recusados;
- 20.2.2. Cumprir suas obrigações, além das condições do serviço e daquelas estabelecidas em lei;
- 20.2.3. Ter o objeto deste termo disponível, para serviço assim que a **CONTRATANTE** solicitar;
- 20.2.4. Comunicar à **Secretaria Requisitante** qualquer irregularidade, bem como responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a **TERCEIROS**, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais e/ou legais a

que estiver sujeita;

- 20.2.5.** Manter, durante o período contratual, as exigências de habilitação e qualificação exigidas;
- 20.2.6.** Aceitar, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;
- 20.2.7.** Prestar esclarecimentos e comunicar à **CONTRATANTE** quaisquer fatos que possam prejudicar o andamento ou resultado final dos objetos contratados;
- 20.2.8.** Executar o objeto adjudicado conforme quantitativo e especificações estabelecidas no **item 3** deste Termo de Referência e na Proposta Comercial;
- 20.2.9.** As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à execução do(s) objeto(s), é de total responsabilidade da proponente;
- 20.2.10.** Trocar, às suas expensas, em até **10 (dez) dias úteis**, objetos entregues com defeitos de fabricação ou fora das especificações;
- 20.2.11.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo durante o período de execução do material, não implicando corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos;
- 20.2.12.** Manter inalterados os preços e condições propostas;
- 20.2.13.** Assumir ônus decorrentes de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e outros;
- 20.2.14.** Lançar na Nota Fiscal as especificações do(s) objeto(s), de modo idêntico àquelas constantes do(s) objeto(s);
- 20.2.15.** Não transferir a terceiros, total ou parcial, o serviço do objeto sem a prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;
- 20.2.16.** Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação do(s) objeto(s), fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 20.2.17.** Comunicar à Administração, com **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, motivos que impeçam o cumprimento do prazo previsto para

execução;

20.2.18. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

20.2.19. Cumprir suas obrigações conforme condições da prestação de serviços e da legislação aplicável;

20.2.20. Ter o objeto deste termo disponível, para serviço assim que a **CONTRATANTE** solicitar.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

22.1.1. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

22.1.2. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

24. RESPONSABILIDADE PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

24.1. Nos termos do Art. 117 Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A **CONTRATANTE** nomeará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da execução do instrumento contratual/aditamento(s) ou outros instrumentos hábeis.

- 24.2. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao ordenador requisitante, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis;
- 24.3. O(a) gestor(a) de contrato devidamente instituído pelo Ordenador(a) de Despesas, possuirá poderes específicos para proceder ao acompanhamento, controle e fiscalização, bem como outras atribuições incluídas pela legislação vigente, referente a execução contratual;
- 24.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 24.5. O Fiscal do Contrato será nomeado através de **Portaria**, designado pelo **CONTRATANTE** que será responsável por determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Podendo para isso:
- 24.5.1. Solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à problemas que venham a ocorrer nos objetos pela **CONTRATADA**;
- 24.5.2. Examinar o objeto fornecido, a fim de constatar sua procedência e qualidade; e
- 24.5.3. Atestar a(s) nota(s) fiscal(is), nos termos contratados, para efeito de pagamento.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao órgão, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

25. DO PAGAMENTO

- 25.1. Para efeito de pagamento, a empresa deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- 25.1.1. Carta Solicitando o Pagamento;
- 25.1.2. Ordem de Fornecimento ou Instrumento Equivalente;
- 25.1.3. Nota Fiscal;
- 25.1.4. Cópia do Empenho ou Número do mesmo;

- 25.1.5. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União**, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- 25.1.6. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e **Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante;
- 25.1.7. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e **Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;
- 25.1.8. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e
- 25.1.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 25.2.** O pagamento será efetuado mensalmente, mediante solicitação por escrito até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao fornecimento, destinado ao Setor de responsável, sendo entregue ao Setor de Protocolo da **Secretaria Requisitante**, acompanhada dos documentos acima elencados.
- 25.3.** Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas **Ordens de Fornecimento ou Instrumento Equivalente**, sendo que no caso de efetiva regularização, serão aceitas, atestadas e encaminhadas para liquidação.
- 26. DAS SANÇÕES**
- 26.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, a **CONTRATADA** que:

- 26.1.1.** Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 26.1.2.** Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto;
- 26.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
- 26.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 26.1.5.** Cometer fraude fiscal;
- 26.1.6.** A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 26.1.6.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- 26.1.6.2.** Multa moratória de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- 26.1.6.3.** Multa compensatória de **1,0 % (um por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 26.1.6.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 26.1.6.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Paulo Ramos/MA pelo prazo de até **02 (dois) anos**;
- 26.1.6.6.** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Paulo Ramos/MA pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;
- 26.1.6.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

- 26.2.** Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 156, III e IV da L Lei Federal n.º

14.133, de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

26.2.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

26.2.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

26.2.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

26.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021.

26.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27. DO REAJUSTE

27.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

27.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de **01 (um) ano**, aplicando-se índices setoriais e específicos, caso inexistam tais índices será adotado o reajustamento pelo IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **01 (um) ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

27.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorre;

27.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

27.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

27.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

27.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

28. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

28.1. Na interpretação deste contrato será aplicado a Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021.

29. DA PUBLICAÇÃO

29.1. O(s) contrato(s) decorrente(s) desse(s) processo será(ão) publicado(s) no Diário Oficial do Município em conformidade com o Art. 94, da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021, ocorrendo as despesas da **CONTRATANTE**.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Outras condições específicas:

30.1.1. Para efeito das presentes especificações, o termo **CONTRATADA** define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicada o serviço, o termo **FISCALIZAÇÃO** define o fiscal ou equipe que representa a **Secretaria Requisitante**, perante a **CONTRATADA** e a quem este último deverá se reportar e o termo **CONTRATANTE** define a **Secretaria Requisitante**;

30.1.2. Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

31. DA GARANTIA DOS BENS COMUNS

31.1. Os produtos a serem fornecidos, no que couber, deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, alteração, adulteração, de transporte e descarga no local de entrega, devendo o fornecedor substituir, por sua conta imediatamente, os que forem considerados inadequados às especificações, recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam o seu uso regular e adequado;

31.2. Os objetos ofertados deverão obedecer ao disposto no artigo n.º 31 da Lei Federal

nº. 8.078 de 11/12/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que diz: “A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à Educação e segurança dos consumidores.

32. DA PESQUISA DE MERCADO

- 32.1.** As pesquisas de preços realizadas pelo Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal de junto a fonte de pesquisas de preços conforme **INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 65, DE 07 DE JULHO DE 2021**, no qual, através de análise dos orçamentos recebidos, constatou-se que alguns preços não refletem a realidade de Mercado. Portanto, foram excluídos alguns preços que se encontravam “fora do padrão”, seja por patamares elevados ou depreciados em excesso, culminando na tabela descrita neste Termo de Referência;
- 32.2.** Vale ressaltar que é de extrema importância que se avalie os preços pesquisados, e a ser identificada uma distorção em algum deles, seja excessivamente baixa ou demasiadamente elevada, considerada “fora de padrão”, o preço deve ser excluído e substituído por outro preço pesquisado, a fim de que a média aritmética apurada não atrapalhe ou até comprometa o procedimento licitatório. Nos termos do Acórdão 2.943/2014-Plenário: *“Não se deve considerar, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de Mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado”*.

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º XXXX/XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º __/20XX

CONTRATO ADMINISTRATIVO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX, E A EMPRESA XXXX SOB CNPJ n.º XXXX, PARA FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PAULO RAMOS MA.

Por este instrumento, o **MUNICÍPIO DE PAULO RAMOS/MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX**, situada na XXXXXX, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de XXXX, Sr(a). **XXXXX**, portador(a) do CPF n.º XXXXXX e RG n.º XXXXX, residente e domiciliado na cidade de XXXXXX/XX, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **XXXXX sob CNPJ n.º XXXXX**, sediada na XXXX, representada por seu XXXX o Sr(a). **XXXXX** sob CPF nº XXXX e C. I. nº XXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo para **XXXX**, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025**, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025, Lei Complementar n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente as disposições do Decreto Federal n.º 11.462, de 2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto o **fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA.**, conforme o **PREGÃO ELETRÔNICO n.º X-X/20XX**, conforme se acha discriminado no **ANEXO I**, o qual faz parte integrante e inseparável deste edital.

1.2 Discriminação do objeto e valores da Proposta de Preços:

XXXXXXXXXX

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025** e seus Anexos, a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º XYZ/20XX** e a Proposta de Preços da **CONTRATADA**. Rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 O serviço deverá ocorrer em até **15 (quinze) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Serviço ou Instrumento Equivalente no local indicado pela **“Secretaria Municipal”**;

3.2 O serviço a ser prestado estará sujeito à variação, conforme as necessidades da Administração Pública e a disponibilidade de recursos ou preço de oferta, por meio de Termo Aditivo, obedecido os limites legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 A **CONTRATANTE** em cumprimento ao disposto na presente cláusula pagará à **CONTRATADA** pelo serviço do objeto deste contrato, o Valor Global de **R\$ XX (...extenso...)**;

4.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4.3 O cronograma de desembolso será sob demanda, conforme quantitativo solicitado;

4.4 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de

administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1 O preço pactuado no **item 4.1** será pago até o **30º (trigésimo) dia**, contados a partir do efetivo serviço do objeto, após a liberação do pedido, com a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo(a) **“Secretaria Municipal”**, acompanhada das certidões abaixo:

- a)** Para com a **Fazenda Federal**, por meio da **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União**, assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros conforme Portaria PGFN/RFB n.º 1751, de 02 de outubro de 2014, emitida pela Secretaria da Receita Federal, da sede ou domicílio do licitante;
- b)** Para com a **Fazenda Estadual**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual e **Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado**, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio do licitante;
- c)** Para com a **Fazenda Municipal**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal e **Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município**, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede ou domicílio do licitante;
- d)** **Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e)** Para com a **Justiça Trabalhista**, por meio de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- f)** Outros que sejam necessários para a realização do certame;
- g)** A nota fiscal deverá ser apresentada, com até **48 (quarenta e oito) horas** de antecedência, da data do pagamento;

h) O pagamento do objeto deste contrato, será efetuado, mediante crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

5.3 No valor a ser pago pelo serviço, compreende todos os serviços necessários à plena execução do objeto da Cláusula Terceira, abrangendo todas as despesas ao mesmo, concernentes diretas ou indiretas a materiais, mão de obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas e licença, custos diretos, indiretos e, enfim, quaisquer outras, ainda que não citadas, sendo a única remuneração devida ao cumprimento das obrigações ora assumidas.

5.4 Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser revistos a qualquer tempo, se for o caso de desequilíbrio econômico e financeiro, na forma da Lei;

5.4.1 No caso de prorrogação do contrato, e se couber reajuste, este observará a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e só incidirá sobre os itens que não tenham sofrido revisão ou repactuação.

5.4.1.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**;

5.4.1.1.1. Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

5.4.1.1.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

5.4.1.2. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do **item 5.4.1** desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE QUALIDADE

6.1 A **CONTRATADA** responderá pela qualidade do objeto, que deverá obedecer rigorosamente às regras contidas no **PREGÃO**;

- 6.2** O Serviço em desacordo com as disposições do presente contrato será devolvido à **CONTRATADA**, cabendo a esta providenciar substituição de acordo com as especificações contidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 011/2025**, e seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade, todas as despesas de devolução e reposição, inclusive quanto ao novo prazo de execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 7.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, conforme artigo n.º 92, IV, VII e XVIII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 8.1** Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada nos termos da legislação vigente, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1** O objeto do contrato gerado pela presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo n.º 125º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DO CONTRATO

- 10.1** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA:

GESTÃO/UNIDADE: XXXXXXXXXXXXX

FONTE: XXXXXXXXXXXXX

PROGRAMA DE TRABALHO: XXXXXXXXXXXXX

ELEMENTO DE DESPESA: XXXXXXXXXXXXX

- 11.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1** O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura e terá vigência até **XX/XX/XXXX**, prorrogável sucessivamente por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos n.º 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 12.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 12.1.1** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 12.1.2** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 12.1.3** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 12.1.4** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 12.1.5** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 12.3** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- 12.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;
- 12.5** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;
- 12.6** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1** A **CONTRATANTE** designará servidor para exercer a fiscalização e acompanhamento de contratos. Caberá ao gestor do contrato o servidor Sr.

RAIMUNDO CHAGAS RODRIGUES, fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade;

- 13.1.1** Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias para a correção das falhas ou defeitos observados;
- 13.1.2** Transmitir à **CONTRATADA** as instruções que disserem respeito a execução do serviço;
- 13.1.3** Dar imediata ciência a seus superiores, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- 13.1.4** Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- 13.1.5** Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 13.1.6** Esclarecer, prontamente, as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- 13.1.7** Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 14.1** Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos ou infrações às disposições deste contrato pela **CONTRATADA**, somente serão considerados como excludentes de responsabilidade e multas contratuais, se resultarem de caso fortuito ou de força maior, desde que atinjam direta e comprovadamente, o objeto do presente contrato:
 - 14.1.1** A **CONTRATADA** deverá comunicar por escrito e comprovar qualquer evento de caso fortuito ou de força maior, no prazo de **10 (dez) dias** de sua ocorrência, sob pena de decadência do direito de invocar o disposto no **item 14.1**;

14.1.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, como tal reconhecido pela **CONTRATADA**, será concedida prorrogação nos prazos contratuais, a ser acordada entre as partes, para o restabelecimento das condições normais de serviço, desde que cumprida a formalidade do subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

15.1 Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA HABILITAÇÃO

17.1 A **CONTRATADA** terá que manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos n.º 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

19.2 A **CONTRATANTE** poderá solicitar modificações, acréscimos ou no serviço do objeto deste contrato, desde que, após consulta à **CONTRATADA**, as mesmas sejam consideradas viáveis;

19.3 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;

19.3.1 As modificações que implicarem em aumento do preço pactuado na

Cláusula Quarta, não excederão a **25% (vinte e cinco por cento)** do referido preço.

- 19.4** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, conforme artigo n.º 132 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 19.5** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo n.º 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

20.1 A **CONTRATADA** obriga-se a:

- 20.1.1** A **CONTRATADA** é responsável exclusivamente pelo serviço do objeto constante da Cláusula Primeira, combinada com a Terceira, respondendo diretamente pelos danos que, por dolo ou culpa, causar à **Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA**, ou a terceiros;
- 20.1.2** Os danos e prejuízos serão ressarcidos a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas da notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa;
- 20.1.3** De acordo com o disposto neste contrato e a fim de atender ao bom desempenho das obrigações pactuadas, a **CONTRATADA** obriga-se a executar a **CONTRATANTE**, o objeto de forma regular na mesma quantidade contratada;
- 20.1.4** Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, objeto deste contrato, em conformidade com as normas, recomendações expedidas pela **CONTRATANTE** e especificações constantes de sua proposta, que fará parte integrante deste instrumento;
- 20.1.5** A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o objeto licitado de acordo com as especificações constantes na **Ata de Registro de Preços**.

20.2 A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- 20.2.1** Exigir que a **CONTRATADA**, fornecer o objeto em estrita obediência ao previsto no Edital;

- 20.2.2** Aplicar as penalidades à **CONTRATADA** pela inobservância das disposições contidas no documento contratual;
- 20.2.3** Conferir e atestar a fatura emitida pela **CONTRATADA**, e após constatar o fiel cumprimento do serviço do objeto, providenciar o competente pagamento;
- 20.2.4** Comunicar à **CONTRATADA**, todo e qualquer problema referente ao contrato, ficando aquela obrigada a reparar aquilo que foi denunciado, sem ônus a **CONTRATANTE**;
- 20.2.5** Glosar as faturas correspondente(s) ao(s) serviço(s) prestado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 21.1** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer aviso, ou comunicação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- 21.1.1** Inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato;
- 21.1.2** Falência ou recuperação judicial, insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial;
- 21.1.3** Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do presente contrato;
- 21.1.4** Quando as multas aplicadas atingirem **20% (vinte por cento)** do valor estimado do contrato devidamente ajustado;
- 21.1.5** Recusa na substituição dos materiais, rejeitados pela **CONTRATANTE**.
- 21.2** Ocorrendo rescisão do contrato por inadimplência da **CONTRATADA**, fica assegurada a **CONTRATANTE** o direito de imitir-se liminarmente na posse do produto já pago, que esteja sob a guarda ou em poder da **CONTRATADA**, e de ceder o contrato a quem entender, independentemente de qualquer consulta ou interferência da **CONTRATADA**:
- 21.2.1** Rescindindo o contrato nos termos previstos nesta cláusula, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o saldo porventura existente pelos materiais já entregues, deduzidas as multas e despesas decorrentes da inadimplência, ou a **CONTRATADA** restituirá à **CONTRATANTE** às importâncias já recebidas;

- 21.2.2** A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 21.3** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
- 21.4** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem:
- 21.4.1** A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia;
- 21.4.2** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **2 (dois) meses** da data da comunicação.
- 21.5** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo n.º 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 21.5.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos n.º 138 e 139 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 21.5.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 21.5.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva
- 21.6** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido;
- 21.6.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 21.6.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 21.6.3** Indenizações e multas.
- 21.7** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do

desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme artigo n.º 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

- 21.8** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis
- 21.9** O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção;
- 21.10** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 21.11** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:
- 21.11.1**A garantia contratual prestada, com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria, conforme artigo n.º 121, § 3º, I, e artigo n.º 139, III, b, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 21.11.2** Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 21.12** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de **15 (quinze) dias**, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado, conforme artigo n.º 121, §3º, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 21.13** O **CONTRATANTE** poderá ainda:
- 21.13.1** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme artigo n.º 139, III, “c”, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, legislação que rege a matéria;
- 21.13.2** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos

causados à Administração, nos termos do artigo n.º 139, IV, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

- 21.14** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme artigo n.º 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 22.1** As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 22.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo n.º 6º da LGPD;
- 22.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 22.4** A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias** úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**;
- 22.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo n.º 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo n.º 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 22.6** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- 22.7** A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

- 22.8** A **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 22.9** A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pela **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 22.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo n.º 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;
- 22.10.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 22.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;
- 22.12** Os contratos e convênios de que trata o artigo n.º 26, § 1º, da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 23.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado que:
- 23.1.1** Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 23.1.2** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 23.1.3** Der causa à inexecução total do contrato;
 - 23.1.4** Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 23.1.5** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 23.1.6** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 23.1.7** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 23.1.8** Praticar ato lesivo previsto no artigo n.º 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

23.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, §2º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

23.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

23.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo n.º 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

23.2.4 Multa:

23.2.4.1 De **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15% (quinze por cento)**;

23.2.4.2 Moratória de **0,6% (zero vírgula seis por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **18% (dezoito por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

23.2.4.3 Compensatória de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

23.2.4.4 O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo n.º 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

23.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**, conforme artigo n.º 156, §9º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente

com a multa, conforme artigo n.º 156, §7º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, conforme artigo n.º 157, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo n.º 156, §8º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

23.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo n.º 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme artigo n.º 156, §1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

23.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.6.2 As peculiaridades do caso concreto;

23.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.6.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

23.6.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo n.º 159);

23.8 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre

que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigo n.º 160, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

- 23.9** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme artigo n.º 161, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 23.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo n.º 163 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 23.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

- 24.1** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo n.º 94 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo n.º 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c artigo n.º 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1** Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão enviadas para os endereços das partes constantes no preâmbulo deste contrato;
- 25.2** Todas as correspondências e acordos anteriores à data da assinatura deste contrato serão considerados sem efeito, e somente o estipulado no contrato e seus documentos têm validade para a execução do mesmo;

- 25.3** A **CONTRATADA** declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela execução incorreta do objeto;
- 25.4** A tolerância ou o não exercício, pela **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a **CONTRATANTE** exercitá-los a qualquer tempo;
- 25.5** Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto;
- 25.6** As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato, visando à correta execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas;
- 25.7** Em caso de divergência ou omissão entre disposições deste Termo de Referência e seus anexos e o Contrato, prevalecem as instruções constantes no termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

- 26.1** As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da Cidade de Paulo Ramos/MA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito que os subscrevem.

Paulo Ramos/MA, XX de XXXX de 20XX.

<<NOME DO TITULAR>>

<<Órgão Participante/Solicitante>>

*Responsável Legal pela **CONTRATANTE***

<<REPRESENTANTE LEGAL>>

<<Cargo/Função>>

<<Nome da Empresa>>

*Responsável Legal pela **CONTRATADA***

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

MINUTA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 021505/2025

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS**, com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 45, CEP 65.716-000, Centro, Paulo Ramos/MA, através da **XXXX XX XXX**, neste ato representado pelo(a) **XXXX(a)** o Sr(a). **XXXXXXXXX**, nomeado através da Portaria n.º **XXX/XXXX**, conforme doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para atender a demanda da(s) Secretaria(s) Municipal(is) do Município de Paulo Ramos considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2025-SRP**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, bem como, a classificação das propostas apresentadas e a respectiva homologação, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), vencedora abaixo identificada, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sujeitando-se as partes às normas regidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006.

RESOLVE

Registrar os preços do fornecimento proposto pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ n.º **XXXX**, localizada na **XXXXX**, representada por/pela **XXXXX Sr(a). XXXX**, portador(a) d R.G n.º **XXXX XX-XX** e o CPF n.º **XXXX**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, por item, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de **12 (doze) meses**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **fornecimento de utensílios domésticos destinados as secretarias municipais de Paulo Ramos MA.**, de acordo com as especificações contidas no **ANEXO I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2025-SRP**, que passa a fazer parte desta

Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela empresa licitante classificada em 1º (primeiro) lugar, conforme consta nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025**;

- 1.2.** Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO I** deste instrumento, podendo os Órgãos Solicitantes promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso;

- 2.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 2.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

- 2.2.1.** O instrumento contratual de que trata o **item 2.2** deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

- 2.3.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

- 2.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

- 2.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

- 2.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 2.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e,

- 2.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 2.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 2.5.** O registro a que se refere o **item 2.4.2** tem por objetivo a formação de Cadastro de Reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata;
- 2.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;
- 2.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 2.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 2.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e,
- 2.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no cancelamento do Registro de Preços.
- 2.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 2.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 2.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 2.10.** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços;
- 2.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no **item 2.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, priorizando aqueles que desejaram fazer parte do cadastro de reserva e posterior os demais, obedecendo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 2.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **XXXX**.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO, ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1. Os preços registrados, as especificações dos objetos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representantes legais, encontram-se elencados no(s) **ANEXO(S)** desta Ata de Registro de Preços;

4.2. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação-financeira inicial deste instrumento;

4.3. Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

4.4. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Órgão Gerenciador, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo no mercado;

4.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações;

- 4.5.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 4.5.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.5.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 4.5.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 4.5.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;
- 5.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;
- 5.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado;
- 5.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;
- 5.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

- 5.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;
- 5.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;
- 5.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 8.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- 5.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 2.7**;
- 5.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 8.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- 5.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 5.2** e no **item 5.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- 5.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS E PRAZOS

- 6.1.** As Contratadas ficam obrigadas a prestar os fornecimentos, em conformidade com a Ordem de Fornecimentos emitida pelo Órgão Contratante.

- 6.2.** O prazo para o fornecimento deverá ser de **05 (cinco) dias úteis** após solicitação autorizada e a comprovação se dará através de Requisição de Abastecimento, de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços;
- 7.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 7.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou,
 - 7.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 7.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;
- 7.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no artigo 111 do Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025;
- 7.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;
- 7.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observar as condições nela estabelecidas e optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens;
- 7.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 7.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo Órgão Gerenciador, quando:
- 8.1.1.** O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

- 8.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025;
 - 8.1.4.** O preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e não houver sucesso nas negociações para sua redução, com as empresas registradas na Ata;
 - 8.1.5.** Houver solicitação dos Órgãos Participantes, devidamente justificadas, em razão de inexecução parcial ou total de Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
 - 8.1.6.** Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pelos Órgãos Participantes ou pelo Órgão Gerenciador;
 - 8.1.7.** Provocado pelo Fornecedor, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.
- 8.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 8.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- 8.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;
- 8.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1.** Por razão de interesse público;
 - 8.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 8.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025.
- 8.5.** No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela;

- 8.6.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este, neste caso, a aplicação as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;

- 9.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

- 9.2.** É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade;

- 9.3.** O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à Ata de Registro de Preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

- 10.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

- 10.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; e

- 10.1.3.** Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

- 10.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 10.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

- 10.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 10.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 10.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **item 10.1**.
- 10.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes.
- 10.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;
- 10.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no **item 10.7**.
- 10.9.** A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **item 10.7**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 10.10.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- 11.1.** O Órgão Gerenciador fará publicar a presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termos Aditivos ou Apostilamentos, a presente Ata de Registro de Preços – ARP, conforme o caso;
- 12.2.** Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP** e seus anexos e as propostas das empresas registradas;
- 12.3.** Poderá haver modificações no fornecimento caso em que a **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA**;
- 12.4.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade;
- 12.5.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025 e Lei Complementar n.º 123/2006;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA

- 13.1.** Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Decreto Municipal n.º 004, de 01 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

- 14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Ramos, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Paulo Ramos/MA, XX de XXXX de 20XX

<<NOME DO TITULAR>>

<<Órgão Participante/Solicitante>>

Responsável Legal pela **GERENCIADORA**

<<REPRESENTANTE LEGAL>>

<<Cargo/Função>>

<<Nome da Empresa>>

Responsável Legal pela **DETENTORA**

ANEXO I – RELAÇÃO DO OBJETO

REF.:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 021505/2025
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º XXX/XXXX**, celebrada entre a **XXXX**, tendo como participantes as Secretarias Municipais do Município de Paulo Ramos e a empresa que teve seu preço registrado, em face à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP**.

OBJETO: XXXXXXXXXXXX

QUADRO 1 – DADOS DA(S) EMPRESA(S) DETENTORA(S)

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone/Fax: (DDD)
Endereço:	E-mail:

QUADRO 2 – DADOS DA(S) EMPRESA(S) CADASTRO DE RESERVA(S)

EMPRESA: XXX sob CNPJ n.º XXX

QUADRO 3 – OBJETO(S) REGISTRADO(S)

(NOME DA EMPRESA)						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR	
					UNIT	TOTAL

Paulo Ramos/MA, XX de XXXX de 20XX

<<NOME DO TITULAR>>
<<Órgão Participante/Solicitante>>
Responsável Legal pela **GERENCIADORA**

<<REPRESENTANTE LEGAL>>
<<Cargo/Função>>
<<Nome da Empresa>>
Responsável Legal pela **DETENTORA**

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE ADESÃO

MODELO DE OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO

<< TIMBRE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. <<xx>> <<sigla do órgão>>

<<Local e data>>

Ao Ilmo. Senhor

XXXXX

XXXXXX

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços n. << n° e ano >>

Presado(a) Senhor(a),

O/A <<Órgão ou Entidade da Administração Pública>>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << n° e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << n° do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da << identificação da ARP >>:

(NOME DA EMPRESA)						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	VALOR	
					UNIT	TOTAL

1. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação pela empresa beneficiária da << identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

- a. <<Nome do Órgão ou Entidade, CNPJ e endereço >>
- b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

<< Carimbo com identificação do cargo >>

<< RG e/ou CPF >>

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

Ao
Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Paulo Ramos
Paulo Ramos - MA

DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP

Prezado Senhor,

A _____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ n.º. _____, representada por seu/sua _____(cargo)_____ o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e de CPF n.º _____, **DECLARA** que, a Proposta Comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento do objeto, conforme disposto no artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

.....(.....), de de 20XX.

.....
(nome, cargo, assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Ao
Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Paulo Ramos
Paulo Ramos - MA

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP

Prezado Senhor,

A _____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ n.º _____, representada por seu/sua _____(cargo)____ o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e de CPF n.º _____, **DECLARA** que, no ano-calendário não tem contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores, somados, extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (EPP), conforme disposto no Art. 4º, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

.....(....), de de 20XX.

.....
(nome, cargo, assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

MINUTA DE DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao
Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Paulo Ramos
Paulo Ramos - MA

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP

Prezado Senhor,

A _____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ n.º _____,
representada por seu/sua _____(cargo)___ o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e de CPF n.º _____:

- I. **DECLARA**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme artigo 7º, XXXIII da Constituição.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

- II. **DECLARA**, ainda que a empresa será excluída das vedações constantes do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- III. **DECLARA**, que possui as condições necessárias ao cumprimento do objeto Edital referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP**, estando ciente de todas as exigências relativas ao mesmo, conforme artigo 63º, I, Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- IV. **DECLARA**, que empresa cumpri com as exigências de reserva de cargos, conforme artigo 63º, IV, Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- V. **DECLARA**, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 67º, inciso VI, da Lei Federal n.º

14.133, de 2021, que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

VI. **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até esta data não há contra si, qualquer outro fato que na forma da lei e do Edital, a impeça de participar desta licitação. E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

VII. **DECLARA**, que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- () Simples Nacional;
() Lucro Real;
() Lucro Presumido;
() Outro:_____.

VIII. **DECLARA** que a licitante é **ENQUADRADA** como:

- () Microempreendedor Individual (MEI);
() Microempresa (ME);
() Empresa de Pequeno Porte (EPP);
() Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o artigo 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;
() Normal.

IX. **DECLARAMOS**, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no artigo 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

.....(.....), de de 20XX.

.....
(nome, cargo, assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 021505/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ENCERRAMENTO DO EDITAL

Este volume do edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/2025-SRP**, possui **139 (cento e trinta e nove) páginas**, incluindo esta, numericamente ordenadas e assinadas por minha pessoa.

Paulo Ramos, Estado do Maranhão, em 01 de julho de 2025.

ANA BEATRIZ MENDES SILVA
Equipe de Planejamento da PMPR